

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

RAFAEL BERNARDO SEDREZ WARMLING

DISCURSOS DE CRISTAL: O ESPETÁCULO IMPERIALISTA E ORIENTALISTA DO
ESTADO NOVO PORTUGUÊS NA EXPOSIÇÃO COLONIAL DO PORTO DE 1934

FLORIANÓPOLIS

2019

RAFAEL BERNARDO SEDREZ WARMLING

DISCURSOS DE CRISTAL: O ESPETÁCULO IMPERIALISTA E ORIENTALISTA DO
ESTADO NOVO PORTUGUÊS NA EXPOSIÇÃO COLONIAL DO PORTO DE 1934

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em História, Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção de Grau Superior em História.

Orientador: Prof. Alex Degan

FLORIANÓPOLIS

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Warmling, Rafael Bernardo Sedrez
Discursos de Cristal : O espetáculo imperialista e
orientalista do Estado Novo Português na Exposição Colonial
do Porto de 1934 / Rafael Bernardo Sedrez Warmling ;
orientador, Alex Degan, 2019.
76 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Colonialismo. 3. Portugal. 4. Exposição.
5. Orientalismo. I. Degan, Alex. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Graduação em História

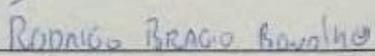
ATA DE DEFESA DE TCC

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove , às 15 horas e 00 minutos, na Sala 314 CFH , reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. Dr: Alex Degan (Orientador(a) e Presidente); Prof. Dr: Rodrigo Bonaldo (Titular); Prof. Dr: Tiago Kramer (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 79/HST/CFH/2019, a fim de arguirm sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do Acadêmico Rafael Bernardo Sedrez Warmling, intitulado: **"Discursos de Cristal: o espetáculo imperialista do Estado Novo português na Exposição Colonial de Porto de 1934"**. Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, o Acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof. Dr: Alex Degan, nota 9,5, Prof. Dr: Rodrigo Bonaldo, nota 9,5, Prof. Dr: Tiago Kramer, nota 9,5, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 9,5. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 10 de julho de 2019. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 04 de julho de 2019



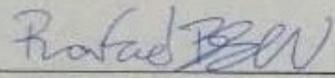
Prof. Dr: Alex Degan (Orientador(a))



Prof. Dr: Rodrigo Bonaldo (Titular)



Prof. Dr: Tiago Kramer (Suplente)



Rafael Bernardo Sedrez Warmling (Acadêmico)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Rafael Bernardo Salvez Warmling, matricula n.º 12101863, entregou a versão final de seu TCC cujo título é

"Discursos de Gênero, o espetáculo imperialista e orientalista do Estado Novo Português na Exposição Colonial do Porto de 1934."
com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 08 de julho de 2019.

Orientador(a)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar a Exposição Colonial do Porto de 1934, mais especificamente a forma como a imagem dos povos colonizados foi apropriada e trabalhada pelos portugueses no contexto do evento em questão. Para isto, utiliza-se do conceito de “orientalismo” de Edward Said, unido a uma perspectiva de História Global. Portugal estava sob o governo ditatorial do Estado Novo, encabeçado por Oliveira Salazar, em harmonia com outros regimes de natureza fascista da Europa na primeira metade do século XX. A Exposição possuía “vilas-indígenas”, configuradas como zoológicos humanos, onde nativos trazidos da África, Ásia e Oceania ficavam em exibição para serem observados pelos europeus. Essa forma de exibição seguia uma didática, planejada pelos organizadores, para justificar o império luso em toda sua extensão temporal e geográfica, assim como colocar a civilização portuguesa em um patamar de grandeza sustentada pela construção da inferioridade de um “outro” indígena e colonizado. Observando a organização e o formato da exposição e suas produções de discurso e de imagem (incluindo o Jornal “Ultramar”, publicação oficial do evento), pode-se concluir que foi ativamente calculada a manipulação da imagem desse “outro” nas vilas indígenas, com o fim de justificar o plano colonial do Estado português.

Palavras chave: Portugal. Europa. África. Ásia. Oceania. Império. Colonialismo. Trabalho compulsório. Civilização. Assimilação. Legislação. Orientalismo. Ditadura. Fascismo. Oliveira Salazar. Estado Novo. Censura. Propaganda. Jornalismo. Exposições Universais. Exposições Coloniais. Exposição Colonial do Porto de 1934. Henrique Galvão. Jornal Ultramar.

SUMÁRIO

	Introdução.....	6
1	A ocupação portuguesa nas colônias. Legislação e segregação.....	10
1.1	O histórico de Portugal como império colonial e suas colônias no século XX.....	10
1.2	A difícil conquista da civilidade pelos nativos e o trabalho compulsório.....	14
1.3	Legislação e o saber colonial.....	19
2	O esforço português de autoafirmação na Europa.....	26
2.1	Salazarismo e o espírito do Estado Novo.....	26
2.2	Censura, repressão e propaganda no estado novo.....	32
2.3	As Exposições Universais e Coloniais e a Participação de Portugal.....	38
3	A exposição Colonial do Porto de 1934.....	44
3.1	Origem, organização e administração da exposição.....	44
3.2	Formato da exposição, didática colonial e mensagem.....	50
3.3	O Jornal Ultramar, publicação oficial da exposição de 1934.....	66
4	Considerações finais.....	73
	BIBLIOGRAFIA.....	75

Introdução

Durante a ditadura de Oliveira Salazar, ocorreria em Portugal a I Exposição Colonial da cidade do Porto, em 1934. O país já havia sediado diversas exposições, porém a de 1934 era a primeira de teor colonial que se dava nessa escala e formato. Cerca de um milhão de visitantes portugueses e estrangeiros constituiriam o público do evento, vindos de todas as partes para vislumbrar o que viria a ser a principal atração da exposição: zoológicos humanos, conhecidos como “vilas indígenas”. As Exposições Universais e Coloniais eram uma tendência na Europa, onde diversos países propagandeavam seus avanços tecnológicos e industriais, e suas vilas indígenas causavam comoção no público europeu. Nesses ambientes cenográficos, os povos nativos das colônias eram colocados em exibição e orientados a seguir com suas vidas, performando uma naturalidade fabricada, para que os visitantes portugueses os observassem em seus “costumes”. Este estudo propõe uma reflexão sobre como a imagem dos povos colonizados foi trabalhada no evento português de 1934, apropriada pela metrópole. Trazidos de outro continente para o polo industrial de Portugal, os nativos do ultramar estavam fora de seu contexto e sua imagem era consumida e processada pelas estruturas de representação da mesma metrópole que os impunha um sistema colonial. Os portugueses selecionariam elementos da identidade dos nativos, seja manifestada em seus corpos ou em sua cultura, e explicitariam na exposição esses elementos de forma positiva ou negativa, tendo como referência uma visão eurocêntrica. Esses eventos eram celebrações de poderio imperial que geralmente se tornavam grandes festas nacionais e o estado português, que na época era uma ditadura, aproveitou a conjuntura dessas exposições para fortalecer seus mitos e discursos, sua propaganda nacionalista e seu projeto colonial.

Portugal é um país cujo histórico de navegação e colonização de territórios pelo mundo é extenso. Sua história possui mais de uma fase intitulada “imperial”, começando no século XVI com o “primeiro império” que se expandia em direção às “índias”, continuando entre o século XVI e o XVIII com o “segundo império” que girava em torno da colônia do Brasil, e alcançando por fim o “terceiro império” a partir de XIX (THOMAZ, 2002, p.32), que o Estado Novo celebrava. É essencial considerar que muito da força do império português se construía com base na exploração dos povos nativos dos territórios que dominava, e após a proibição do tráfico de escravizados através do atlântico e da escravidão em si, foram procuradas outras formas de exploração de mão de obra, como o trabalho compulsório.

Como justificativa para manter seu projeto de dominação sobre os povos nativos das colônias, Portugal, durante o terceiro império, cunhou diversos discursos sobre si e sobre os

indígenas, que eram incorporados a esse discurso de forma superficial e tendenciosa. A agência sobre as representações dos povos é centralizada pelo Estado Novo, ocasionando em uma representação exotificante e objetificante das culturas não-europeias. A metrópole ignorava as vivências dos nativos enquanto os explorava sistematicamente, porém fomentava a imagem de um império que assimila e “protege” os povos não-brancos. Essa é uma lógica que está alinhada à estrutura pedagógica presente nas Exposições Universais e Coloniais, eventos que eram, desde o século XIX, cenário de competição entre as potências europeias. Assim como Portugal, outras metrópoles possuíam uma economia fortemente vinculada com a exploração colonial, e quando exibiam suas conquistas nas exposições universais, encontrariam uma forma de introduzir em seus mostruários as suas posses distribuídas pelo mundo. Em 1931, Portugal participaria com seus pavilhões da grande Exposição Colonial Internacional em Paris. O evento causaria impacto na sociedade lusa, contando com excursões de estudantes, organizadas com apoio de entidades privadas, e publicidade em forma de cartazes ilustrados com imagens modernas, produzidos com texto em português. Tal evento inspiraria o regime de Salazar a organizar a própria exposição, e, em 1934, fomentada pelo estado e com o apoio privado, é sediada a primeira exposição colonial de Portugal.

O país já havia passado por vários regimes políticos desde o começo do século vinte e, a partir de 1933, estava institucionalizado o Estado Novo, encabeçado por Oliveira Salazar, que vinha na sequência de uma ditadura militar iniciada em 1926. Este regime em Portugal cairia somente em 1974, com a “Revolução dos Cravos” (AUGUSTO, 2011). O Estado Novo era uma ditadura autoritária que se assemelha de muitas formas com os fascismos originados na Europa na mesma época. Na Exposição do Porto, uma história mitológica do império seria comemorada, que fortaleceria a união do discurso nacionalista com o discurso colonialista: a pedagogia da exposição colocava que, sem colônias, o império não se mantém. Com fim de camuflar os sérios e crescentes problemas do ultramar, como violência e segregação raciais, seria fabricada a imagem de uma harmonia nas colônias, entre brancos e nativos. O processo civilizatório seria apresentado como uma atitude humanitária, e nativos de todos os continentes seriam trazidos para serem expostos ao público no Porto. O discurso salazarista consumia as imagens dos povos ultramarinos para nutrir a própria imagem superior imperial, enquanto que, na realidade, a qualidade de vida desses povos se perdia na exploração colonial.

Em vários pontos dessa narrativa de relação entre metrópole e colônias podemos identificar o que Edward Said define por “orientalismo”: uma forma de discurso que se apropria da imagem do Oriente, para fomentar sua dominação material, e esta relação de

dominação por, sua vez, realimenta o discurso. O Oriente não tem participação nesse processo unidirecional à qual é submetido (SAID, 1990).

Nessa linha, quando falamos “Oriente” podemos pensar além de somente regiões ao leste da Europa. Ella Shohat e Robert Stam (2006) apresentam a perspectiva de que alguns dos conceitos aos quais estamos familiarizados são construções com um longo histórico, sendo a divisão entre “Ocidente” e “Oriente” um desses conceitos, que se vincula em alguns aspectos à noções eurocêntricas. Com base nesses autores, esse trabalho se refere ao “ocidente” principalmente como sendo o continente europeu e suas culturas.

Dada a amplitude geográfica de se trabalhar com impérios transoceânicos como o em questão, busca-se enxergar em uma perspectiva global as conexões e escalas entre os agentes históricos envolvidos. Desde Portugal na Europa, passando por Guiné, Angola, Moçambique na África, Goa na Índia, Macau na China e Timor Leste na Oceania, para citar só uma parte das possessões lusas, estão envolvidas diversas histórias e estruturas, de forma que torna-se inviável manter o foco unicamente dentro de fronteiras geográficas e culturais de uma única nação. Porém, como este trabalho se volta para a exposição de 1934 na cidade do Porto, Portugal acaba por protagonizar a narrativa presente, apesar das visões imperialistas da época serem condenáveis. Como influência principal para se enxergar a história de forma global, a obra “Thinking History Globally” do autor Diego Olstein (2015) foi utilizada, pela forma com que organiza práticas úteis a uma interpretação nessa perspectiva em quatro “cês”, que correspondem a Comparar, Conectar, Conceituar e Contextualizar. Esses cês são definidos por outros doze ramos historiográficos, que viabilizam um olhar livre das restrições de limites nacionais e geográficos: História Comparativa e Histórias Relacionadas sob “Comparar”; Nova História Internacional, História Transnacional e História Oceânica sob “Conectar”; Análise Civilizacional, Sociologia Histórica e Abordagem Sistema-Mundo sob “Conceituar”; e História Global, História da Globalização, História do Mundo e Big History sob “Contextualizar”. A utilização de somente uma parcela de todos esses ângulos teóricos já seria suficiente para ampliar consideravelmente tanto a escala geográfica quanto a escala temporal da leitura histórica. No cenário aqui trabalhado, é reconhecível o alcance da metrópole lusa através dos oceanos e continentes, as consequências de suas relações em diversos níveis sociais e com outras civilizações e a dimensão temporal de suas práticas de dominação. Essa distribuição espaço-temporal é incorporada de forma idealizada na lógica imperialista, por meio de uma narrativa anacrônica e de geografia condensada, criando um panorama simplificado para atingir as massas com uma mensagem nacionalista e centralizadora no poder do Estado Novo.

Colocados esses pontos, propõe-se atentar, ao longo desta pesquisa, para a forma como Portugal conduzia a construção de sua identidade nacional a partir da identidade de um “outro” colonizado, no contexto da Exposição Colonial do Porto. O capítulo um descreve brevemente o histórico das políticas coloniais de Portugal, as segregações que se instauravam nas colônias, como o sistema dos “assimilados”, e formas de exploração como o trabalho compulsório, práticas que atuavam com apoio de bases jurídicas e eram reforçadas por saberes acadêmicos da metrópole. No capítulo dois passamos a explorar o contexto do regime do Estado Novo em Portugal e seus mitos nacionalistas, assim como as instituições responsáveis pela propaganda e pela repressão por parte do estado, para então tocar na questão de como se configuravam as Exposições Universais. Por fim, no capítulo três, analisamos a exposição do Porto de 1934, as entidades envolvidas em seu fomento, e a forma como se dava sua didática nos mostruários e nas vilas indígenas. Neste capítulo também se analisa o jornal “Ulamar”, publicação oficial da Exposição de 1934, e que compartilhava com ela o mesmo diretor.

1. A ocupação portuguesa nas colônias. Legislação e segregação

1.1. O histórico de Portugal como império colonial e suas colônias no século XX

No início do século XX, a Europa era um cenário de figuras com alto poder econômico e político. Muitos dos impérios que ainda existiam em 1934 já carregavam uma longa história de colonialismo e exploração de outros povos. Inglaterra, França, Bélgica, Holanda e Alemanha, entre outras, são todas nações que marcaram a história de outras nações com violência exploratória. De fato, todas as economias envolvidas se desenvolveram de forma específica devido a esta exploração. Nesta mesma linha, Portugal possuía controle sobre outros povos e geografias na África, na Ásia e na Oceania, e havia gerado grande riqueza para a metrópole por meio do comércio de escravos no atlântico desde o século XIV até meados do XIX.

Podemos reconhecer no século XV o ponto de origem da exploração de territórios africanos pelos portugueses. Uma economia se formou baseada na obtenção de indivíduos escravizados que, a partir da costa ocidental da África, eram levados a outras regiões do mundo para que sua mão de obra fosse explorada. Entre os destinos estava o Brasil, cuja economia ao final do século XVI se desenvolvia com base na produção de açúcar. Tal produção colonial, entre outras, gerava uma demanda por mão de obra que seria alimentada pelo crescente mercado escravista na África. Antes do século XVII, o sequestro de nativos africanos era uma violência encabeçada pelo exército português, e guerras eram travadas com esta finalidade. Porém, em meados do século XVII a prática institucionalizou-se, e a influência desse mercado se ampliou continente adentro, alcançando a África Central e envolvendo alianças com povos locais como os reinos de Matanga e Cassange, o império Muatianva e o povo Quimbundo. Mais à frente, a possessão de Moçambique viria a ser incluída também no tráfico. Contudo, o domínio direto de Portugal ainda se dava somente no litoral, de forma que na totalidade desse sistema muitos intermediários se encadeavam até alcançar o interior. Os indivíduos capturados dessa forma percorriam um caminho longo até o litoral de Luanda, onde se localizavam os portos negreiros. Podemos observar como regiões de ambos os lados do Oceano Atlântico se conectam, dessa forma, sob a política colonial de um império europeu, cujos planos colocavam o Brasil no centro do sistema produtivo. As possessões africanas deveriam estar em posição subordinada para que toda a arquitetura se sustentasse, enquanto traficantes estabelecidos nos portos brasileiros controlavam quase que a totalidade da economia colonial em Angola. Estes traficantes eram a articulação entre o colonialismo mercantilista português com o tráfico no continente africano. Redes

transoceânicas e sistemas africanos de comércio a longa distância estavam conectados (VALENTIM, 1993, p.054).

Esta configuração sofre mudanças significativas a partir de 1808, quando o império Luso-Brasileiro enfrenta um processo peculiar. Devido ao avanço de Napoleão na Europa, a corte portuguesa, buscando escapar dos invasores franceses, foi transferida para o Rio de Janeiro, num processo que ficou conhecido como inversão colonial. Isto levou à abertura dos portos brasileiros, seu fortalecimento como entidade política e à independência do país em 1822. A Grã-Bretanha era uma aliada significativa dos lusos e apoiou diplomaticamente todo o processo, reconhecendo a independência brasileira no Tratado do Rio de Janeiro de 1825, com a condição de que nenhum outro domínio português se juntasse ao Brasil. Esse conjunto de acontecimentos mudava toda a dinâmica política e econômica de Portugal. Porém, mesmo desmembrado, o império luso ainda era soberano sobre diversos territórios africanos e a eles que voltaria sua nova empreitada. Em 1834, num contexto português em que liberais vencem absolutistas, ocorre um fomento do comércio metropolitano nas colônias da África. Sá da Bandeira, político português, propõe a abolição do tráfico transoceânico de escravos, para que essa mão de obra seja empregada em atividades produtivas, reconvertendo a economia das colônias. A metrópole buscava centralizar o comércio de bens coloniais, com perspectivas até mesmo de competir com o Brasil (VALENTIM, 1993, p.55). Essa proposta para o ultramar ocasionaria no desenvolvimento de um capitalismo nacional português, o que reforçaria sua posição entre as outras potências. Porém, em Angola e Moçambique o domínio da economia ainda estava na mãos dos negreiros, o que mantinha uma ligação com Brasil, pois o tráfico ainda não havia se extinguido. Este comércio só viria a se alterar na década de 1850, quando o Brasil cessa sua importação oficial de africanos escravizados, cujos destinos são transferidos para Cuba e ilhas no Índico. Nesta época, Portugal se encontrava em um período de estabilidade e continuavam as propostas de Sá da Bandeira, agora Presidente do Conselho Ultramarino, de investir no aproveitamento da mão de obra das populações autóctones das colônias em economia de plantação, já que não seria mais vendida (VALENTIM, 1993, p.56).

Entretanto os resultados dessa política são escassos. Em Angola e Moçambique, a ocupação territorial não apresentava avanços significativos. Apesar de haver acontecido um aumento das relações mercantis com o ultramar, os números eram muito reduzidos quando colocados em proporção ao total do movimento comercial português, e com exceção da ilha de São Tomé, a “jóia” das possessões portuguesas, a economia de plantações não teve êxito. (VALENTIM, 1993, p.57).

Ao final do século, acelerou-se o movimento de ocupação das colônias, processo priorizado pelo governo. Esse movimento foi facilitado para os europeus devido ao investimento em novas estruturas, como transporte, comunicação e saneamento. A viagem por meio de barco a vapor estava mais acessível, a instalação de cabos submarinos permitia uma transmissão mais eficaz de diretrizes metropolitanas para as colônias e a força militar também havia se desenvolvido. Todos esses fatores contribuíram para um deslocamento de colonos portugueses em direção aos territórios ultramarinos. Mas enquanto para os brancos a vida se tornava mais fácil nesses territórios, para as populações autóctones isso não se dava da mesma forma. As estruturas tradicionais dos nativos se viam cada vez mais abaladas, devido a fluxos mercantis externos e a introdução de armas de fogo, rotas comerciais foram prejudicadas por conflitos armados e impérios africanos se fragmentaram, dando origem a micro-unidades políticas instáveis (VALENTIM, 1993, p.57).

No final do século XIX, novas correntes ideológicas eurocêntricas se afirmavam, como o darwinismo social, que colocava a civilização ocidental e a raça branca numa posição de superioridade frente aos outros povos do mundo. Essas ideologias, combinadas com interesses políticos e econômicos, condicionaram eventos que envolveram diversas nações e povos, como a Partilha da África, processo que se alongou até a primeira guerra mundial em que impérios coloniais negociaram domínio sobre territórios em praticamente todo o continente africano. Portugal estava envolvido nessas negociações e, como as outras potências europeias, tomou para si a missão de civilizar e “elear” os povos africanos ao nível europeu. Nesta época, as elites e outros setores da sociedade passam a se envolver mais nos problemas coloniais, tornados pontos-chave da vida política. A Sociedade de Geografia de Lisboa, fundada em 1876, foi grande influenciadora e formadora de pensamento colonial entre diversas camadas da sociedade. Soma-se a isso o nacionalismo antibritânico, que se fortaleceu ao longo do século XIX, com um ápice em 1891 devido ao impedimento que a Inglaterra colocou às intenções de Portugal de unir Angola, Moçambique e os territórios entre estas colônias em um único domínio (VALENTIM, 1993, p.58). Essa proposta de formar um “segundo Brasil” foi apresentada à Sociedade de Geografia de Lisboa em 1886, e ficou conhecida como “mapa cor-de-rosa”, enquanto a ação restritiva britânica de 1891 recebeu o nome de “Ultimato Britânico”. A Inglaterra tinha seus próprios planos de ligar seus territórios coloniais de norte a sul, do Cairo até a Cidade do Cabo, criando sua própria zona de influência. O Ultimato desencadeou manifestações nas cidades de Lisboa e Porto em defesa do império, que aponta para um vínculo entre colônias e nação que viria a se desenvolver e

contribuir para um discurso utilizado por Portugal durante muitos anos (THOMAZ, 2002, p.54).

A ideologia colonialista portuguesa no final do século oitocentos estava mudando comprando com o que costumava ser na primeira fase do liberalismo português (1834-70). Decresceu a influência de teóricos como Sá da Bandeira, que buscavam uma transformação nas sociedades escravagistas, e ganhou lugar um pragmatismo linha-dura resistente às mudanças. Aos detentores de cargos no ultramar interessava que prevalecessem os objetivos das camadas dominantes, tendo como maior representante Oliveira Martins, autoridade intelectual que se apoiava no darwinismo social para tecer críticas ao período anterior do liberalismo português. De acordo com ele, somente “sem escrúpulos, preconceitos nem quimeras” (MARTINS, 1880 apud VALENTIM, 1993, p.59) se deveria fazer a exploração do ultramar. Desta forma, em questões como mão de obra, propriedade e ensino, os nativos das colônias seriam contemplados com exploração, apropriação e educação para o trabalho manual (VALENTIM, 1993, p.59). No período que se segue, mesmo interrompidos os planos do mapa cor-de-rosa, Portugal ainda investe em campanhas de pacificação e conquista em regiões mais profundas das colônias, continuando até a Primeira Guerra Mundial (e em alguns casos, até os anos 1920). O debate sobre o modo como se daria a ocupação efetiva e a administração das colônias gira em torno de possibilidades de governo civil ou militar, e menor ou maior grau de autonomia a conceder aos territórios ultramarinos. Após a Guerra, que havia interrompido os debates acerca do tema, as perspectivas eram de descentralização e desmilitarização e a administração das colônias adquire caráter autônomo com a nomeação de altos comissários para Angola e Moçambique. Porém a economia das colônias estava afundada em sérios empréstimos e a moeda local desvaloriza frente a libra devido a inflação gerada pela emissão de papel-moeda. Caberia às políticas protecionistas da metrópole satisfazer as demandas econômicas das colônias (VALENTIM, 1993, p.60). Desde o século anterior Portugal enviava algodão e vinho para Angola e Moçambique, e comprava matérias-primas e produtos como borracha, café e cacau. Contudo, antes da crise dos anos 1920, o mercado de algodão estava com números muito baixos e a importação de vinho por Moçambique também não era promissora, tanto que Angola não daria conta de compensar sozinha as importações. Ambas as colônias sofriam com dificuldades na exportação, e o sistema de plantation, com emprego de mão de obra forçada em monocultura latifundiária, teria um início tardio (em São Tomé e Príncipe esse sistema de plantation voltado à exportação já estava desenvolvido a muito mais tempo e os problemas eram outros, como a exaustão do solo). A posição de Portugal na África estava fragilizada. Desde a Primeira

Guerra a metrópole temia que seus territórios fossem tomados e repartidos por outras potências, o que não deixava de ser uma ameaça real, pois Inglaterra e Alemanha vinham tramando isso secretamente desde 1898, por meio de um acordo, seguido de outras negociações com o mesmo fim entre 1912-13. Portugal temia a vitória Alemã e isto unido à pressão exercida por outros governos republicanos o levou a entrar no conflito em 1916. Após o conflito, mesmo não tendo perdido as colônias, o temor ainda persistiu devido a postura da Sociedade das Nações de responsabilizar os estados coloniais e suas missões civilizadoras perante a comunidade internacional. Somado a isso, a denúncia das condições de trabalho críticas em Angola e Moçambique são expostas no Relatório Ross, de 1925 (VALENTIM, 1993, p.61).

Apesar de o cenário não se colocar favorável para o colonialismo português, esse persistia no século XX. O país era o terceiro maior império colonial em extensão, e buscava manter sua influência frente aos outros impérios europeus. Constituíam seu território na África as colônias de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, a fortaleza de São João Batista de Ajudá, e o enclave de Cabinda; na Índia eram os territórios de Goa, Novas Conquistas, Damão, Dadrá, Nagar-Aveli e Diu; na China, Macau estava sob administração lusa; e na Oceania, havia Timor (THOMAZ, 2002, p.31).

1.2. A difícil conquista da civilidade pelos nativos e o trabalho compulsório

Nos anos 1930, década em que se situa este estudo, já existia uma imagem promovida pelo regime salazarista, de que sob o império português todos seriam portugueses, independente de terem nascido e crescido na metrópole ou em algum dos territórios ultramarinos. Mas compartilhar de "ser português" implicava graus diferentes de aceitação na sociedade, dependendo da cor da pele. Enquanto que para os brancos da metrópole ou da colônia eram garantidos seus direitos civis, ser português tinha outro significado se o indivíduo não era branco. Este fato foi duramente significativo para os nativos dos territórios ultramarinos na África, especialmente Angola e Moçambique.

As leis da metrópole definiam o que era ser da "raça negra". De acordo com o decreto nº 16.473 de 06 de fevereiro de 1929 (apud THOMAZ, 2002, p.322), "Para os efeitos do presente estatuto, são considerados indígenas os indivíduos de raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça; e não indígenas, os indivíduos de qualquer raça que não estejam nestas condições."

A cultura dos nativos também era considerada menos desenvolvida, classificada no mesmo decreto de "civilização rudimentar", a ser integrada ao nível da metrópole em

benefício da Mãe Pátria. Em Angola, essa visão viria a contribuir para um crescimento da segregação racial, com uma minoria portuguesa vivendo na colônia se beneficiando do suporte de leis metropolitanas, ao passo que a maioria da população nativa se via representada em leis que paradoxalmente a privavam de direitos básicos (NASCIMENTO, 2016, p.109).

Era possível, no entanto, deixar de ser "indígena" aos olhos da administração colonial para se tornar "civilizado", ou "assimilado", mas esta transformação passava por um cansativo processo burocrático. Durante o período da República portuguesa, de 1910 a 1926, o título a ser ganho era o de "civilizado", mas mudou para "assimilado" durante as ditaduras que se seguiram, de 1926 a 1961 (NASCIMENTO, 2016, p105). Se o indivíduo desejasse adquirir a certidão de assimilado, era requerido dele diversas atitudes e capacidades arbitrárias. A Carta Orgânica de Angola de 1917 foi a primeira a definir as prerrogativas:

- 1º Saber ler e escrever a língua portuguesa;
- 2º possuir os meios necessários à sua subsistência e à das suas famílias;
- 3º ter bom comportamento, atestado pela autoridade administrativa da área em que reside;
- 4º diferenciar pelos usos e costumes do usual da sua raça (apud NASCIMENTO, 2016, p.114).

Como é possível ver, esse processo exigia em seus itens condições bastante específicas, e nas décadas que se seguiram passou por alterações que dificultaram ainda mais se tornar assimilado, com novas leis em 1926, 1929, 1931 e 1954.

Em Angola e Moçambique, quem não era branco e não tinha certidão de assimilado estava sujeito a diversas restrições em seus direitos, como saúde, educação, liberdade para deslocar-se pelo território, trabalhar em órgão da administração portuguesa, solicitar carteira de motorista e votar (NASCIMENTO, 2016, p.106-109). Mas entre as consequências de não possuir tal documento, uma merece destaque devido ao seu peso na estrutura colonial: a política do trabalho compulsório. Pela lei, aqueles que não fossem assimilados poderiam ser obrigados pelo estado português a trabalhar em obras públicas ou privadas. Existia um contrato e uma quantia paga ao indígena não-assimilado sujeito a essa função compulsória, porém o contrato não existia para garantir os direitos do trabalhador e o pagamento era miserável. Esse contrato variava de duração dependendo da colônia: em Moçambique era semestral, enquanto que em Angola era intercalado ano sim, ano não (CAHEN, 1978, p.140). É importante apontar que não foi em todas as colônias que essas políticas tomaram forma, somente em Angola, Moçambique e mais tarde Guiné (CAHEN, 1978, p.153).

Em São Tomé e Príncipe perduraram práticas escravocratas até a época da Segunda Guerra Mundial, com "indígenas" trazidos de Angola e Moçambique para trabalhar em

sistemas de plantation semelhantes aos da época do Brasil colonial (CAHEN, 1978, p.134). Em Cabo Verde o trabalho compulsório nunca chegou a se desenvolver (CAHEN, 1978, p.153), em Goa e Macau não foi necessário, e em Timor não era viável (CAHEN, 1978, p.154).

Mas mesmo nos locais onde a certidão de assimilado deveria valer alguma coisa, sua aquisição não era garantia de liberdade, pois se o estado português tivesse necessidade de mão de obra, chegava a ignorar o título de civilizado dos nativos para que fossem forçados a trabalhar. Essa prática dava margem para que os poucos direitos dos assimilados frente as instituições coloniais fossem contornados, o que aponta pra uma natureza falha desta estrutura e suas brechas. Essa forma de ressalva imposta era aproveitada também por entidades privadas, que conseguiriam empregar a mão de obra tanto de “assimilados” quanto de “indígenas”, contanto que fossem convincentes ao justificar o “interesse público” de sua empreitada (NASCIMENTO, 2016, p.112).

O pagamento por esse trabalho era escasso, não chegava a ser um salário, estava mais para um pequeno lucro. Era pago metade no local de trabalho e metade quando o indivíduo chegasse em sua aldeia, o que constitui um sistema de pagamento diferido. Esse formato diferido servia como peça na estrutura econômica da colônia. Ser levado a voltar para casa ao fim do contrato, para receber a outra metade do pagamento por sua mão de obra, era também estar presente no local onde se dava a cobrança de impostos (CAHEN, 1978, p.147).

Quanto aos impostos, esses tinham estreita relação com a remuneração dos contratados. O valor produzido por seu trabalho não seria a base para seu pagamento, assim como o lucro que o contratante procurava obter não influenciaria no cálculo da remuneração. Era, na verdade, a legislação que definia o salário: esse deveria corresponder de 25% a 40% do imposto a ser pago. Tendo essas porcentagens como referência, um indivíduo sob contrato teria de trabalhar dois meses e meio com um salário de 40%, ou quatro meses no caso de um salário de 25%, somente para ter o necessário para pagar o imposto indígena (CAHEN, 1978, p.146). Praticamente a única forma de pagar pelo imposto em dinheiro seria tendo um emprego com remuneração também em dinheiro, pois o imposto não poderia ser pago em espécie, o que colocava os indígenas em dependência da administração portuguesa e de companhias privadas europeias.

Nas aldeias era onde acontecia também a produção doméstica, que é importantíssima para a subsistência de qualquer população autóctone, assim como foi para o sistema de trabalho compulsório continuar existindo (CAHEN, 1978, p.133). Enquanto a mão de obra masculina estava afastada do trabalho doméstico, este não poderia parar de acontecer, pois a

remuneração praticamente não cobria os custos de vida. A remuneração tinha uma articulação planejada com o valor do imposto e a produção doméstica deveria pagar os custos da reprodução social dos funcionários e suas famílias (CAHEN, 1978, p.143). Neste sistema colonial de trabalho compulsório podemos enxergar o tempo dos nativos como um recurso a ser controlado, expropriado de forma regular e calculada.

Essa forma de controle não poderia ter se sustentado da mesma forma sem o trabalho doméstico, então eram exploradas as margens que se abriam para que a produção doméstica continuasse ativa e subalternizada, além de marcadamente definida por gênero. A economia indígena nas colônias estava vulnerabilizada, o que levou as nativas a assumirem essa responsabilidade para a subsistência nas aldeias. Enquanto a população masculina estava afastada, presa por contrato, as mulheres nas aldeias cuidavam da produção de alimentos e outros bens. Quando os homens levados pelo trabalho compulsório retornassem, voltariam a exercer funções domésticas, mas mesmo com a volta periódica dos homens e o empenho integral das mulheres, a produção doméstica ficava enfraquecida. O que não impedia que existisse algum comércio local entre indígenas e comerciantes portugueses ou indianos, e os bens das aldeias entrassem em circulação. Além destes fatores, o pagamento diferido buscava assegurar que a população não-assimilada não fugiria para outra região antes de retirar a segunda metade do salário (CAHEN, 1978, p.147).

A legislação que dava suporte a esse sistema era válida para todos os homens negros não-assimilados, o que incluía os membros de uma elite crioula que anteriormente tinha privilégios na sociedade colonial. A influência dessa elite provinha de um passado de aliança com os portugueses, dando auxílio no comércio de escravos através do oceano Atlântico que durou até o século XIX. A instituição do trabalho forçado alcançou uma maior parte da população do que a escravatura havia atingido (CAHEN, 1978, p.141), pois visava absolutamente toda a população masculina não-assimilada. A construção das categorias de "indígena" e "assimilado" serviria como uma forma de negociação extremamente assimétrica entre colonizador e elite nativa, colocando limites para a influência e autonomia da elite crioula (NASCIMENTO, 2016, p.122). Neste cenário onde o desenvolvimento da economia local é inviabilizado, não ocorre o processo de formação de uma pequena burguesia a partir de uma elite local. Vemos em vez disso o surgimento de um sistema não-capitalista de dominação capitalista. Podemos identificar as colônias como sociedades periféricas em um sistema-mundo como descrito por Wallerstein (CAHEN, 1978, p.142).

O conceito de sistema-mundo pode ser definido como uma unidade de análise. Leva em consideração o surgimento do capitalismo histórico na Europa no século XVI e observa

como em seu processo de expansão e desenvolvimento, as nações mais ricas e detentoras de monopólios expandem sua influência além de seu território geográfico e sobre outras nações e povos (ARIENTI, FILOMENO, 2006, p.104), criando uma graduação entre o centro rico e acumulador de excedentes e uma periferia pobre que cede sua mão de obra e recursos por lucros muito baixos. Diversos minissistemas que existiam separados passam a ser englobados e dinamizados por forças internas de um sistema-mundo que surge e redefine as relações sociais e de trabalho que existiam anteriormente. Esta interpretação nos permite visualizar um país sem isolá-lo de seu contexto internacional de relações econômicas e políticas. Desta forma, ao analisarmos nações como Portugal, não nos baseamos somente em uma separação de fatores territoriais “internos” e “externos” ao seu limite geográfico. Enquanto enxergarmos “centro” e “periferia” como partes de um mesmo sistema, fatores “internos” e “externos” se apresentarão como posições em uma mesma cadeia de produção. Essa cadeia se alinha em direção ao monopólio e a burguesia das nações centrais, que só existem como tal devido à natureza do sistema-mundo (ARIENTI, FILOMENO, 2006, p.103). A relação do centro com a periferia se baseia em uma divisão do trabalho de forma assimétrica, para que excedentes econômicos percorram toda uma cadeia produtiva em direção ao centro, através de relações e trocas desiguais e se acumulem sob posse de uma burguesia central (ARIENTI, FILOMENO, 2006, p.107). Essas relações entre centro e periferia não são dicotômicas, fazem parte de um processo relacionado com a produção de mercadorias e suas conexões e elos em uma cadeia mundial (ARIENTI, FILOMENO, 2006, p.108), de forma que uma nação pode estar em condições de assumir papéis simultâneos de potência central e região periférica. Nações que manifestam características dos dois lados da relação são definidas como semi-periféricas, pois são receptoras de bens e excedentes de outras nações periféricas, mas ainda estão sujeitas a transferir estas riquezas para um monopólio central do qual não fazem parte.

É importante atentar para o fato de que o trabalho compulsório não pode ser lido como uma continuação da escravatura. Se observarmos na escala do sistema-mundo, com os territórios ultramarinos em posição periférica em relação a Europa, podemos sim identificar um nicho de exploração coerciva de mão de obra africana por parte da nação ibérica, que destrói as sociedades atingidas e redireciona o poder e recursos para um núcleo político-econômico central. Na escala do sistema-mundo, o trabalho compulsório possui semelhanças com a escravatura, ambos estão em harmonia com o imperialismo europeu (CAHEN, 1978, p.132). Porém em uma escala mais próxima, no contexto de Portugal e suas colônias durante a ascensão do capitalismo ao final do século XIX e início do XX, vemos que o trato dos viventes e o trabalho compulsório não possuem uma conexão direta. Deve-se interpretar o

cenário como um de ruptura, da colonização mercantil para o capitalismo colonial, que teve um intervalo de 40 anos entre uma fase e outra, não como um cenário de transição (CAHEN, 1978, p.148).

1.3. Legislação e o saber colonial

Para que o projeto colonial de Portugal se sucedesse de forma eficiente, era necessário todo um aparato legislativo e um pensamento acadêmico para justificar e promover as práticas de dominação e controle apresentadas até agora.

No campo da legislação, podemos traçar a partir de 1852, com o artigo 15º do Ato Adicional, elementos burocráticos que abarcavam as colônias. Esses elementos garantiam um início de regime de autonomia que era desejado pelos administradores ultramarinos (MARTINEZ, 2010, p.42). As leis agora poderiam ser geradas em razões que diferiam das da metrópole. Dois princípios presentes no Ato Colonial interessam pela forma como guiaram a administração colonial: a especialização e a urgência. Estes princípios estavam alinhados com ideias estabelecidas pela Conferência de Berlim, de observação dos usos e costumes dos indígenas e de elevá-los ao nível material e moral de como a civilização europeia se enxergava (MARTINEZ, 2010, p.43). A conferência de Berlim havia sido um evento internacional, presidido pelo estadista alemão Otto von Bismarck, que durou de 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885. O objetivo da conferência era regular de forma diplomática as influências econômicas e políticas das potências coloniais europeias em territórios africanos, assim como a partilha e ocupação desses territórios por ditas potências (BRUNSCHWING, 2004).

Por meio do princípio da especialização, novas leis poderiam ser criadas com elementos exclusivos para os nativos do ultramar, devido ao seu suposto grau inferior de desenvolvimento em relação a metrópole, e sua incapacidade de entender a finalidade das leis. O fundamento era de que os colonizados e os colonizadores não eram iguais, portanto não era possível aplicar leis comuns a ambos (MARTINEZ, 2010, p.44), apesar de essas leis específicas não poderem contrariar a Constituição da Metrópole (MARTINEZ, 2010, p.48). Também eram levadas em consideração as diferenças geográficas e culturais de cada região colonizada, para justificar a especialização, cabendo as administrações locais a observação dessas particularidades (MARTINEZ, 2010, p.46). A especialidade se colocava como uma forma de respeito aos costumes dos nativos, mas com base nesse princípio se tomavam medidas que negavam sua cidadania. As leis criavam e conversavam com contextos que autorizavam a leitura dos indígenas como inferiores e essa leitura era comum inclusive entre

aqueles que se colocavam como defensores dos costumes indígenas (MARTINEZ, 2010, p.49). A prática de criar leis específicas para cada colônias não era um argumento desenvolvido unicamente por Portugal, sendo que outros impérios seguiam esse caminho de observação e especialização (MARTINEZ, 2010, p.47).

Após o Ato Adicional de 1852, o princípio da especialidade das leis para o ultramar é solidificado no artigo 67º da Constituição da República Portuguesa, em 1911 (MARTINEZ, 2010, p.46). Anos depois, o controle do ultramar pela especialidade foi uma das justificativas para o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, de 1926, conhecido como “Estatuto do Indigenato” e a alteração desse estatuto em 1929, que o estendeu até a colônia de Guiné. O ministro das colônias José Bacelar Bibiano justifica a necessidade do estatuto para que os usos e costumes sejam respeitados contanto que não colidam com a soberania de Portugal e complementa que aos indígenas não são atribuídos os mesmos direitos providos pela constituição por falta de significado prático (MARTINEZ, 2010, p.49). Em 1930, o Ato Colonial reitera os termos de especialidade que regem as colônias, sendo que em 1933 uma nova constituição é promulgada pela ditadura Salazarista, a Constituição Política da República Portuguesa, que inclui as premissas do Ato Colonial de 1930.

Além da especialidade, o Ato adicional de 1852 apresentou o princípio da urgência, que também foi importante elemento na negação da cidadania aos indígenas. Por meio da urgência os processos no parlamento poderiam ser agilizados, porém sacrificando a participação e representação popular nesses processos. Eram considerados urgentes todos os casos lidos como ameaça à segurança interna ou externa das possessões ultramarinas (MARTINEZ, 2010, p.50). As medidas colocadas como urgentes tinham um período de um ano para serem apreciadas pelas cortes, que as validariam ou rejeitariam. Desta forma se institucionalizou o decreto com força de lei, que pode ser visto como decreto ditatorial em relação ao ultramar. Entre os que podiam legislar sobre os assuntos coloniais estavam o Ministro da marinha e ultramar (que se tornou posteriormente Ministro da marinha e das colônias e depois Ministro das colônias) e os governadores locais de cada colônia, o que pode ser reconhecido como competência concorrente, em contraposição a competência exclusiva caso somente um deles tivesse essa capacidade constitucional. As medidas decididas dessa forma teriam de ser submetidas ao parlamento, porém no tempo decorrido até que se tomasse uma decisão, a urgência permitia que a lei fosse aplicada. Controvérsias eram geradas dessa forma e muitos enxergavam a falta de participação do parlamento na legislação como uma usurpação de poder (MARTINEZ, 2010, p.51). As leis ultramarinas foram constantemente

determinadas pelo princípio da urgência. Trabalhava-se rápido, antes que o parlamento pudesse se organizar, para que as leis passassem. Como exemplo, o ministro da Marinha e Ultramar, em 1899, apresentou à Câmara a proposta de lei para regulamentar o trabalho indígena nas colônias, porém como a câmara havia entrado em recesso antes de apreciar a lei, o ministro pôde utilizar da urgência para decretar com força de lei o regulamento (MARTINEZ, 2010, p.52).

A urgência como forma de legislar para o ultramar pode ser evidenciada como uma estratégia técnico-legal utilizada para evitar a etapa de participação do parlamento no processo de criação das leis, independentemente de uma pressa real de que essas leis fossem passadas. A partir do Ato Adicional de 1852, o princípio foi incluído em todos os textos constitucionais, sendo, por fim, admitido no artigo 27º do Ato Colonial de 1930, vindo a servir como base legal para diversas das leis promulgadas durante a ditadura do Estado Novo (MARTINEZ, 2010, p.54).

Acompanhando a legislação, era necessário também criar um pensamento colonial. A dominação de quem é diferente deveria se articular com um estudo de como fazê-lo, indicando os melhores caminhos para que a “civilização” fosse levada ao ultramar. Com essa perspectiva, a geografia como campo de estudo é um dos elementos essenciais para a formação desse pensamento colonial, pois condiciona a atividade lucrativa, como desenvolvê-la, as condições e facilidades, a comunicação com os povos e como se adaptar. Nesse contexto, Sociedades de Geografia eram instituições comuns a muitos dos impérios coloniais, e Portugal não foi exceção (MARTINEZ, 2010, p.54). Porém, instituições que trabalhavam com o saber colonial não eram algo novo, estando vinculadas com a exploração marítima o acúmulo de conhecimento relacionado ao exótico e a cartografia dos territórios “descobertos”. A partir de uma perspectiva imperial, era construída a imagem do oriente, da África e do Brasil dentro um campo de saber eurocêntrico (THOMAS, 2002, p.96).

A produção de saberes institucionalizados acompanhou a formação dos impérios europeus, como aponta Edward Said em sua obra *Orientalismo* (1990). O território não-ocidental tem sua arte e ciência sufocadas sob uma interpretação de um império externo e seu peso teórico de missionários, administradores e negociantes. Aos povos que são classificados dessa forma, sobra uma trajetória reduzida e dominada, encaixada dentro de uma intenção imperial que molda sua imagem e ressignifica sua história. Ao explorar e hierarquizar o não-ocidental, a Europa apresenta as técnicas que usa para legitimar sua própria imagem e o discurso resultante viria a beneficiar a colonização futura (THOMAZ, 2002, p.85). Para resgatar no século XX uma glória portuguesa como a da época das grandes navegações, seria

necessário recorrer a todos os recursos de dominação, ocupação e exploração efetiva dos territórios africanos e orientais, assim como seria necessário criar instituições capazes de solidificarem o saber colonial: escolas, universidade e instituições que formassem administradores capazes (THOMAZ, 2002, p.86).

Lisboa teve a sua Sociedade de Geografia fundada em 1875, enquanto outras potências coloniais como França, Alemanha e Inglaterra já haviam há muito tempo fundado as suas próprias (THOMAZ, 2002, p.97). Na demarcação de fronteiras era necessário conhecer o território em questão. A Sociedade de Geografia de Lisboa promovia atividades relacionadas ao território africano, envolvendo o estado e os administradores locais em investidas acadêmicas para levantar dados e esses dados passarem posteriormente por uma avaliação na metrópole. A ênfase era colocada em garantir um lugar na “corrida colonial” junto dos outros impérios (THOMAZ, 2002, p.98).

A fundação da Sociedade de Geografia se deu nesse contexto de crescente entusiasmo com o ultramar, após uma longa história que já havia decorrido com o Brasil e sob ameaça estrangeira, como o Ultimato Britânico ocorrido em 1891. O império estava se modernizando e toda uma nova geração de acadêmicos surgia como produto dessa mentalidade, com objetivo de trabalhar na exploração e submissão dos territórios e povos das possessões portuguesas. Junto das novas fronteiras, existiriam novos pactos coloniais e um novo estado. Por meio da ciência se alcançaria a legitimidade dos direitos históricos portugueses frente as demais potências, enquanto a superioridade que a metrópole reconhecia em seus próprios métodos seria levada àqueles cuja posição moral e civilizacional não interessava manter: o “outro” colonizado (THOMAZ, 2002, p.99).

Após a Conferência de Berlim (1884-1885), as nações envolvidas na partilha da África adotaram o dever de trazer as populações indígenas à “civilização” e melhorar sua qualidade de vida. Porém, além dos objetivos explicitamente colocados, de melhoria moral e material dos indígenas, esta missão civilizadora também guardava diversos objetivos implícitos (MARTINEZ, 2010, p.58).

Podemos observar nos objetivos implícitos intenções que eram, na verdade, planejadas para benefício do colonizador. Ao colocar modelos de melhoria das condições materiais dos nativos, se ignorava quais eram os modelos de saúde e dignidade que os próprios já tinham estabelecidos e funcionando. Nos territórios alvo de subjugo já existia agricultura de subsistência, mineração e práticas industriais, o que evidencia que a falta de técnicas modernas e de produção em larga escala que os portugueses enxergavam era apenas uma meia-verdade que tinha como referência o modelo ocidental. Qual o benefício para os nativos

de se produzir vinho ou algodão? Estes produtos, tomados aqui como exemplo, constituem um interesse estrangeiro, cujos lucros da produção não terminariam nas mãos dos trabalhadores locais, mas enriqueceriam os donos das plantações e produtores da metrópole. Estes bens, após industrializados noutra lugar, retornariam para as colônias para serem vendidos de volta aos que extraíram sua matéria-prima. O que se apresentava explicitamente como melhoria para os indígenas era, implicitamente, melhoria para o colonizador: ele agora tinha sob seu domínio mais mercados consumidores, fonte de matéria-prima e mão de obra à disposição, sendo que esta estava sempre em débito (MARTINEZ, 2010, p.59). Quando as técnicas do monopólio branco se desenvolvem e a produção aumenta, quem se beneficia desse sistema introduzido não são as populações autóctones, pois suas produções tradicionais, origem de concorrência, já foram profundamente danificadas (MARTINEZ, 2010, p.60).

Além da dita elevação material, a elevação moral era peça influente no discurso colonialista. Explicitamente, se apresentava como uma prática altruísta e humanitária, porém implicitamente seguia a mesma linha de imposição da cultura ocidental. Os nativos deveriam se tornar amigáveis e submissos e se afastarem de sua cultura tradicional, para abraçarem os hábitos e a religião dos brancos. A civilização seria levada por meio da fé cristã e sua missão, o que conversa com o fato de a igreja Católica ser uma aliada do Estado Português (principalmente na década de 30 em diante durante o Estado Novo português). A religião se colocava também como elemento essencial para ensinar a língua e a moralidade desejada aos indígenas. O evangelho ensinava a importância do trabalho na manutenção de uma estrutura familiar ocidental, um matrimônio abençoado por Deus, de molde nuclear e patriarcal (MARTINEZ, 2010, p.61).

Por fim, uma qualificação jurídica dada aos indígenas, explicitamente lhes assegurava seus direitos e deveres como cidadãos portugueses, enquanto que implicitamente abria possibilidades de que seus direitos fossem atropelados. Inserido na teia burocrática, o nativo poderia ter seu direito a propriedade do solo oficialmente negado, assim como sua liberdade de transitar e sua liberdade religiosa, sendo essa retirada de direitos protegida pela legislação. E como comentado anteriormente, se lhe faltasse um título de civilizado/assimilado, o indivíduo estaria sujeito à imposição do trabalho compulsório, sem que isso fosse considerado ilegal (MARTINEZ, 2010, p.61).

A finalidade da metrópole em suas ações de expansão e dominação não era respeitar os outros povos, pois se via como uma civilização “superior” e respeitar “bárbaros” e “selvagens” chegaria a ser uma forma de heresia para seus padrões. Conflitando com as instituições e crenças indígenas os portugueses geravam uma reação hostil, e um conjunto de

novas leis escritas não mudaria toda uma ordem jurídica local baseada em costume e oralidade (MARTINEZ, 2010, p.55).

Em 1906, no contexto internacional de movimentação intelectual pela “ocupação científica” dos territórios ultramarinos, foi fundada a Escola Superior Colonial, cujas funções eram produzir um alto saber colonial, instruir os funcionários ultramarinos e garantir preferência aos diplomados no corpo administrativo do ultramar. A Escola Superior Colonial estava subordinada ao Ministério das Colônias e era vinculada à Sociedade de Geografia de Lisboa (THOMAZ, 2002, p.100). Por um período de tempo também ficou instalada no edifício da Sociedade, possibilitando que os estudantes utilizassem das extensas bibliotecas e coleções disponíveis. As disciplinas ofertadas pela Escola envolviam questões coloniais do período e o estudo de algumas das línguas de Angola e Moçambique. Novas reformas em 1919 adicionaram ao currículo disciplinas como Etnografia, Estatística, Direito Aduaneiro, Inglês e mais línguas indígenas (THOMAZ, 2002, p.101) e em 1926 foram adicionadas Política Indígena, Construções Coloniais, Direito Internacional e História das Colônias. Fica evidente nesta formação um caráter econômico e de necessidade de negociação com outras potências coloniais (THOMAZ, 2002, p.102).

Em 1926 inicia a ditadura militar em Portugal e em 1933 uma nova constituição é promulgada, marcando o início do Estado Novo português. Nesse período, mais do que nos anteriores, ocorre uma agitação dos homens de letras, artes e pensamentos, para que deem seu suporte à obra colonial e seus discursos se alinhem ao poder de dominação dos territórios subjugados (THOMAZ, 2002, p.83). Nessas primeiras décadas do Estado Novo, a Escola Superior Colonial foi favorecida pela necessidade crescente de cargos administrativos, dado o fato de que o Ato Colonial de 1930 e a Constituição de 1933 deram nova vitalidade aos laços entre metrópole e colônia. A nova geração de colonialistas portugueses teria também um quadro mais preciso da política colonial moderna e das movimentações das outras potências (THOMAZ, 2002, p.106).

O Ato Colonial de 1930 definia a natureza e o lugar dos nativos. Eles eram definitivamente portugueses, porém de um tipo inferior aos da metrópole. Seu estado civilizacional era outro (ANTUNES, 2011, p.06). No artigo 2º do Ato Colonial, os fins da colonização ficam explicitados como:

É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhes é adscrita pelo Padroado do Oriente (apud THOMAZ, 2002, p.311).

O objetivo implícito aqui é o de rebaixar o status quo do indígena, para que seja regulamentado de forma diferente. Ao acentuar sua inferioridade, poderia ser mais facilmente dominado (MARTINEZ, 2010, p.62).

Em resposta ao Ato Colonial e as legislações que o precedem, em 1933 uma reforma administrativa ultramarina promove mais mudanças na Escola Superior Colonial, cujo novo formato se manterá durante anos, e facilitará ainda mais a carreira administrativa para os diplomados. Os profissionais seriam imbuídos de desenvolvido espírito colonial e capacidade de codificação dos usos e costumes das populações nativas (THOMAZ, 2002, p.102). Portugal, combinando um pragmatismo moderno de colonização com uma tradição cristã assimilacionista, dava forma a sua política indígena no Estado Novo (THOMAZ, 2002, p.103).

A formação intelectual e institucional de saberes coloniais se encontraria com uma legislação especializada para as colônias, resultando em discursos de caráter orientalista que perpassavam as camadas administrativas. Levando em consideração a longa construção e planejamento da imagem do oriente dentro da perspectiva colonial, é possível observar como o orientalismo não se constitui em uma racionalização posterior ao domínio colonial, pois ele de antemão fornece ferramentas para que esse domínio ocorra (SAID, 1990, p.50). Na metrópole, entre as muitas manifestações de discursos orientalistas, se dariam falas nacionalistas e eventos públicos de grande escala a partir do século XIX, em favor de um “espírito” imperial.

2. O esforço português de autoafirmação

2.1. Salazarismo e o espírito do Estado Novo

O Estado Novo foi instaurado em 1933, já dentro de um golpe militar que havia sido iniciado em 1926 no desfecho de um longo processo de crítica ao governo liberal no final da primeira república em Portugal. O Golpe de 1926 ficou conhecido como “revolução nacional” e teve apoio de camadas radicalizadas e conservadoras da burguesia e parte do operariado. Já no começo do século XX, diversas publicações reacionárias eram veiculadas, como o jornal “O Imparcial”, que se colocava contrário ao liberalismo republicano e se identificava com movimentos autoritários europeus. Além desse, existia também “O Jornal”, dirigido por António Ferro (figura que virá a se tornar importante propagandista do regime) e “A Ditadura”, sendo que esse último se reconhecia como um periódico do fascismo português. Essas manifestações de direita, de tendência extremista, seguiam uma movimentação que começou antes da Primeira Guerra Mundial, com o governo sidonista servindo de referencial (PINTO, 1989, p.48). Sidónio Pais foi um político que fundou o Partido Nacional Republicano e que conseguiu apoio de uma considerável camada da população que era defensora de militarismo antidemocrático (PINTO, 1989, p.46). O sidonismo como ideologia representou, durante a primeira república, uma alternativa ao parlamentarismo, fundamentado em ideologias como as das ditaduras modernas do século XX (PINTO, 1989, p.45).

No final de 1921, mesmo estando este tipo de imprensa de direita já enfraquecido, a que ainda resta trabalha três temas principais: a falência do parlamentarismo e a culpabilidade dos partidos, o apelo aos conservadores para que se manifestem em luta e a implantação do modelo de República Nova por meio de uma ditadura. Em 1922, António Ferro escreve no jornal “O Imparcial”: “Portugal está de luto pesado há muitos anos. Faleceu-lhe o espírito da raça. Aos novos cumpre ressuscitá-lo”. É também importante apontar um artigo de 1922 intitulado “A lição de Itália”, desse mesmo jornal (PINTO, 1989, p.49). Quando ocorreu a ascensão do fascismo na Itália, foi determinante para os segmentos conservadores da população (PINTO, 1989, p.44) e mais de uma tentativa de golpe de Estado viria a ocorrer em Portugal, sem êxito, organizadas por grupos de direita vinculados e estimulados por tais publicações. Apesar de o golpe, bem-sucedido, de 1926 não ter sido encabeçado por um partido fascista, foi o exército a instituição que deu os primeiros passos ao novo regime, fortalecendo o projeto colonial em que já atuava desde antes das guerras de pacificação e da Primeira Guerra Mundial.

A União dos Interesses Econômicos, que associa organizações da indústria e da agricultura, é formada em finais de 1924. O seu plano, ao desenvolver uma campanha antiliberal, negociar com plataformas militares e comprar um dos principais jornais portugueses, é promover a intervenção política direta. Após a Primeira Guerra, as relações entre os militares e o parlamento republicano já estavam bastante desgastadas, porém não o suficiente para compensar a falta de alguns elementos essenciais para que um fascismo modelo se consolidasse. Na Itália ou na Alemanha, a militância dessa natureza se formaria essencialmente por veteranos de guerra, mas em Portugal pós-guerra, esses ex-combatentes não se dispunha da mesma maneira. Alguns permaneciam na instituição militar, outros eram tragados para o trabalho rural e outros ainda emigravam. Não era uma grande massa militarizada e radicalizada de veteranos organizados em um mesmo modelo ideal para o estopim do fascismo. Esta característica distingue Portugal dos outros tipos de fascismo europeu da época. Ainda assim, essa distinção não impediria o desenvolvimento de uma conjuntura que leva ao golpe em 1926, fomentado por um corpo de oficiais politizados por uma direita radical integralista e influenciados pelas visões da ditadura sidonista (PINTO, 1989, p.59).

Oliveira Salazar, que era professor antes de ser convidado a trabalhar como Ministro das Finanças no governo instituído após o golpe militar de 1926, somente em 1932 viria a se tornar primeiro-ministro, posição em que se assentaria até 1968 (SILVA, 2010, p.25). Como figura que encabeçava o regime, representava um posicionamento inimigo das ideias socialistas, comunistas, da democracia e do liberalismo, com um pensamento situado na tradição contrarrevolucionária de uma direita conservadora e católica. De acordo com Salazar, o que o povo queria não era o mesmo tipo de governo dos velhos políticos liberais, e sim ser bem governado. Essa função caberia às elites, que conduziriam e potencializariam as virtudes do povo português, para garantir a estabilidade do regime (ROSAS, 2001, p.1038) e seu caráter imperial.

No contexto de crise política, econômica e social em que o país se via, a ideia de um império português fazia sentido para a população (THOMAZ, 2002, p.70) e essa ideia foi reforçada durante os anos por vir, com o já mencionado Ato Colonial de 1930 sendo uma das concretizações centralizadoras do regime (THOMAZ, 2002, p.73) e os alicerces estabelecidos pelo Ato vigorando até a década de 1960 (THOMAZ, 2002, p.71). Por meio do Ato Colonial de 1930, a expansão ultramarina como condição de sobrevivência do país é reafirmada. A identidade e o destino de Portugal no mundo estavam agora cimentados na constituição, portanto não se mostrava uma alternativa possível ceder os territórios coloniais ou os

abandonar. O “império” como ideia-força era reafirmado constantemente durante o regime, o que ajudava a criar uma mística imperial e fomentava um espírito específico na população (VALENTIM, 1993, p.62). Administradores, intelectuais, missionários e políticos ofereciam ao público uma imagem processada que se alinhava aos interesses do regime. A nova literatura colonial e eventos como as Exposições Coloniais se tornaram algo mais presente do que antes (THOMAZ, 2002, p.70).

O sistema de valores criado pelo regime salazarista tinha a finalidade de criar um “homem novo”, que sintetizasse a ideologia desejada pelo poder imperial, e serviria de exemplo a ser seguido pela população (ROSAS, 2001, p.1031). Essa criação de uma autoimagem nacionalista se apoia em uma construção mítica, uma moral integrada ao pensamento que dirige a nação. Constituía uma forma didática de controle político que gerava novos portugueses e portuguesas, reduzindo o espectro ideológico a um mínimo necessário para reprodução do ideário do Estado Novo, e reeducando o espírito popular em moldes idealizados. Em relação aos outros fascismos emergentes no período, a expressão do salazarismo tinha seus próprios diferenciais, apesar das particularidade culturais, políticas, sociais, econômicas e mentais o fazerem historicamente igual (ROSAS, 2001, p.1032).

O regime teve o principal período de afirmação de sua ideologia durante os anos 30 e 40, e seu discurso propagandístico seria agressivamente direto, baseado em revisionismos históricos que se auto legitimavam e conceitos de pureza popular (nacional e étnica), fundando uma “nova ordem”. Comparado ao que viria a ser o nazi fascismo, o salazarismo viria a se constituir menos dogmático, mas com alvos, instrumentos, métodos e iconografia do regime alemão adotados como influência. O propósito era estabelecer uma essência portuguesa predestinada que abrangesse todas as classes e reeducar a população para que se visse como regenerada após um século de governo liberal (ROSAS, 2001, p.1033). Em 1936, no discurso de celebração dos dez anos da revolução nacional de 1926, Salazar colocava as “verdades indiscutíveis” da revolução, envolvendo Deus, virtude, pátria, história, autoridade, família, moral e trabalho. Todos esses temas faziam parte da mitologia fundamental promovida pelo regime (ROSAS, 2001, p.1036), cujos ramos podem ser definidos da seguinte forma (ROSAS, 2001, p.1033-1035):

- Mito palingenético: O recomeço após anos de decadência nas mãos dos liberais. O estado novo traz uma renascença portuguesa, fomentando uma regeneração do país.
- Mito do novo nacionalismo: O regime não era só mais um capítulo na história política, mas possuía uma essência ontológica. Era um retorno a um suposto

curso “verdadeiro” da história do país, aproveitando para apontar novamente o liberalismo que o antecederia como um período sombrio esvaziado de valor histórico. O Estado Novo incorporava um destino mítico de forma institucionalizada, a essência histórica de Portugal materializada em regime no século XX. Dadas essas condições, aqueles que se colocassem contra o regime seriam antagonistas de tudo que o país era, seu passado e seu futuro. Um slogan da época que reforçava o antagonismo dos dissidentes, enquanto romantizava a essência nacional, era: “Tudo pela Nação, nada contra a Nação”.

- Mito imperial: Herdado em parte da tradição monárquica, no sentido de colonizar e evangelizar, via na configuração imperial a concretização mais lógica para o futuro do país. Um importante reprodutor dessa ideia, o ministro das colônias Armindo Monteiro (1931-35), via nas colônias a concretização de uma realidade espiritual de Portugal, que poderia “[...] ser uma Nação que possui colônias ou pode ser um império”.
- Mito da ruralidade: Portugal é um país rural, tanto materialmente quanto em tradição cultural. Essa ruralidade é, além de uma característica descritiva, interpretada como uma grande virtude, por meio da qual a “raça” portuguesa se beneficia e adquire sua temperança. A terra, como fonte de riqueza primária, seria o caminho por qual transcorre a harmonia social.
- Mito da pobreza honrada: Devido à essência rural do país, a pobreza seria uma consequência, não necessariamente negativa, que formaria sua identidade, e por meio da qual seria alcançada uma aura de honra.
- Mito da ordem corporativa: A hierarquia seria algo naturalmente estabelecido na sociedade, de forma harmoniosa e espontânea. Essa configuração se daria de forma orgânica e independentemente da passagem do tempo, com a perspectiva de que cada pessoa teria um lugar definido.
- Mito da essência católica: Se entendia o catolicismo como elemento definidor da história, nação e identidade do povo português.

Por meio desses mitos, o “homem novo” seria, mais do que apenas influenciado, formado. Esse corpo de ideias não era uma simples propaganda política ou moral abstrata, era um programa de reeducação coletiva, com base na qual os movimentos da administração do regime eram calculados. O estado conduziria para longe do liberalismo, racionalismo e marxismo, considerados vícios e ambições doentias e exerceria uma tutela em favor do verdadeiro “espírito da Nação”. Temente a Deus, respeitando a ordem e as hierarquias

estabelecidas, a população “renovada” estaria pronta para servir a pátria, e estaria satisfeita em realizar qualquer função que lhe fosse assignada. Qualquer ação exterior ao conjunto das colocadas pelo estado seria uma afronta, como colocado nas palavras de Salazar: “não reconhecemos liberdade contra a Nação, contra o bem comum, contra a família, contra a moral” (ROSAS, 2001, p.1037). Essa mentalidade mitológica se apresentava como cenário ideal para disseminação de uma perspectiva orientalista, pois esse tipo de perspectiva torna-se um sistema fechado que, assim como estruturas mitológicas ou mágicas, tem um caráter autocontido e que se reforça. Esses sistemas fixam as coisas em posições ontológicas de existência que nunca se transformarão, o que contribui para o espírito imperial imutável que Portugal desejava consolidar (SAID, 1990, p.80).

O pano de fundo da primeira metade do século XX fora significativamente marcado pela crise de 1929. As principais metrópoles e mercados internacionais reorientaram suas trocas externas para as próprias colônias, com intuito protecionista de escoar a produção nacional em uma direção e em outra direção se abastecer de matérias-primas (SILVA, 2010, p.14). Essa postura também foi adotada por Portugal, e a década de 20 representa um período de crise nas relações da metrópole com o ultramar. Os anos finais do século XIX, as estruturas tradicionais dos nativos das colônias eram integradas ao sistema de exploração colonial, conseguindo se manter funcionais apesar da intrusão europeia. A produção doméstica e de outros bens no ultramar era exportada, mas não era demasiado extensiva para que dizimasse a autossuficiência local. Porém essa relação se desequilibra agressivamente a partir de políticas como o Instituto do Indigenato de 1926 e a utilização extensiva do trabalho compulsório (THOMAZ, 2002, p.69). Enquanto os mercados nativos se desestruturavam nesse cenário, a legislação e o discurso do governo reiteram a natureza do processo como sendo de proteção e “elevação” dos indígenas. O indigenato prega respeito às tradições dos povos do ultramar, mas, na prática, isto não poderia estar mais longe da verdade, pois o verdadeiro objetivo a ser alcançado era maior eficiência na utilização dos recursos humanos dos territórios coloniais (THOMAZ, 2002, p.77). A lei do Estado Novo estava sintonizada aos seus mitos e esses serviam como cortina de fumaça, estabelecendo cenários e realizações a partir de bases verídicas da estrutura do império, mas as descrevendo de ponta cabeça. Os portugueses levaram sua tecnologia e medicina, mas com que fim? Essa evidente distinção dos direitos entre europeus e colonizados era dissimulada e dissolvida em flexibilidades argumentativas.

A nacionalização do ultramar se dava tanto economicamente e politicamente, quanto culturalmente. Em 1930, o império português definira todos os habitantes de territórios sob seu domínio como portugueses, sendo estes brancos ou indígenas, enfatizando a própria

imagem como sendo de uma nação unificada no território e no povo (THOMAZ, 2002, p.73). Apelando ao recurso legal da nacionalização, e estendendo as instituições da metrópole às colônias, o medo das ameaças estrangeiras ao território ultramarino se reduzia. A assimilação dos indígenas era romantizada e processada até se encaixar na imagem pregada pelos mitos, se dando de forma gradual e reverberando com a tradição cristã tão defendida pelo regime e pregada pelo novo código legal (THOMAZ, 2002, p.74). Mas ao observarmos a maneira como isto acontecia nos territórios de Angola e Moçambique, vemos que a natureza do processo estava longe da idealizada. A corrente de pensamento mais ativa durante a primeira década do salazarismo, para enxergar e guiar as relações com os nativos das colônias, era o já mencionado darwinismo social, de raízes no século XIX. Esse pensamento adotava conceitos do campo da biologia trabalhados por Charles Darwin, como a “seleção natural” e a “sobrevivência do mais forte”, e os aplicava no estudo das sociedades humanas. Nessa perspectiva, existiriam raças inferiores, que seriam eliminadas por raças dominantes (VALENTIM, 1993, p.59). Entre os séculos XIX e XX, inclusive, as instituições de cunho orientalista se desenvolviam significativamente, principalmente na França e na Inglaterra (SAID, 1990, p.51). A tutela da metrópole sobre os povos das colônias era facilmente justificada por meio da crença de que os não-brancos seriam inferiores, enquanto se afirmava superior ao prover a “civilização” aos “selvagens”, que sozinhos nunca conseguiriam alcançar realizações à altura das europeias. Mas essas supostas elevação e assimilação tinham uma natureza unidirecional, promovidas/impostas pelos brancos, sem que existisse possibilidade de reconhecimento de que os povos conquistados tivessem qualquer valor cultural ou civilizacional anterior ao momento da conquista. A partir disto, era naturalizado que se repudiasse a mestiçagem, afinal a “raça portuguesa”, de que tanto se falava, seria superior. O fluxo de imigrantes brancos para as colônias na África, que crescia em proporção aos investimentos em infraestrutura, também estava de acordo com o discurso de colonização étnica da época. Quanto maior o número de brancos ocupando o território, mais fácil evitar a mistura racial, ocasionando, nesse processo de segregação, um enfraquecimento das elites indígenas das colônias que já se encontravam atacadas pela lei relativa a “assimilação” e as reduzindo a auxiliares da administração (VALENTIM, 1993, p.64).

FIGURA 1 – A ASSISTÊNCIA EM ANGOLA



FONTE: ULTRAMAR. Porto, n.07, 1934.

LEGENDA: Na imagem, uma multidão de angolanos esperam por sua vez de serem vacinados. Essa foto, publicada em 1934 na primeira página do jornal “Ultramár”, ilustra como a civilização e, nesse caso, a medicina, eram cartas utilizadas pelo discurso português para justificar a política colonial. Trabalhando a mitologia imperial, a dominação material se camufla de “elevação” dos nativos.

2.2. Censura, repressão e propaganda no estado novo

Logo após o golpe de 28 de maio de 1926, a censura em Portugal foi aplicada, primeiro à imprensa, e depois a outros campos de comunicação (THOMAZ, 2002, p.88), na metrópole e no ultramar (MELO, 2016, p.482). Dada a longa duração que teve o Estado Novo, a censura pôde se desenvolver de forma acentuada, se destacando do padrão de outros impérios contemporâneos. Foram quarenta e oito anos de ditadura em que variadas plataformas de comunicação e expressão foram atingidos, de jornais, revistas e livros, ao teatro e cinema, e alcançando correio e telecomunicações. A censura também se deu de maneiras variadas, tanto pós publicação quanto de forma prévia: se os materiais proibidos já estivessem em circulação, seriam confiscados (como livros em estoque) e as fontes receptora e disseminadora sofriam a violência repressiva. Estabelecimentos e tipografias também poderiam ser fechados dessa forma; se chegava ao conhecimento dos órgãos censores a existência do material dissidente antes deste ser disseminado, exercia-se a censura prévia (MELO, 2016, p.476). Além destas, existia também a censura econômica nos meios empresariais e jornalísticos, por administradores interessados em preservar a existência de seu negócio; a censura moral ou ideológica, exercida pela sociedade civil, igreja católica, bibliotecários e professores, que era influenciada por tratados internacionais de censura de obscenidade; e a autocensura, em que jornalistas, escritores, intelectuais e artistas se privavam de colocar em suas produções assuntos que poderiam ser alvo dos órgãos de repressão. Essa

autocensura tinha mais de uma camada, pois o indivíduo que escreve para um jornal, por exemplo, está ciente da possibilidade de suas palavras não sobreviverem ao processo de edição da publicação e os editores do jornal por sua vez conhecem os limites por onde trabalha a censura oficial (MELO, 2016, p.478). As várias etapas hierarquizadas da censura oficial pressionavam tanto o censor quanto o censurado a regularem e calcularem suas ações, pois, para evitarem as pesadas penas e repressão estipuladas aos dissidentes, se viam comprometidos não só às instituições em que se encontravam, mas a uma série de discursos, práticas e aparelhos em constante mudança (MELO, 2016, p.479). Era já uma longa tradição Portuguesa a censura religiosa, com manifestações dessa prática a partir do século de mil e quinhentos, no contexto da inquisição. Desde essa época até 1966 uma lista de publicações que a igreja católica proibia, o Index Librorum Prohibitorum, serviu de referência para a censura religiosa, mesmo após a inquisição já ter sido abolida. Até mesmo no governo liberal, tão criticado pelos movimentos de direita e pelo Estado Novo, focos de censura aconteceram, e continuariam acontecendo episodicamente até 1926. Durante a Primeira Guerra, é importante apontar a participação de forças militares na prática da censura, banindo manifestações que colocariam em cheque a integridade nacional (MELO, 2016, p.477).

A política de censura ocorreu não só na metrópole, mas também nas colônias, numa conjuntura de defesa da integridade territorial que viabilizava sua aplicação, incluindo oficiais militares que faziam parte de comissões de censura enviadas ao ultramar (MELO, 2016, p.481). Mas se refletirmos sobre as ações colocadas em prática pela metrópole em relação às colônias no século XX, com o Estatuto do Indigenato e o Ato Colonial, podemos observar que estas ações não contribuíam para uma estabilidade política no império. A ordem social como era colocada, de forma pesadamente segregada, se assentava em uma divisão da sociedade com base em etnia e cultura. A cidadania dos nativos das colônias dependia de variáveis que não se aplicavam aos brancos europeus, o que gerava grande ressentimento em uma parcela considerável da população. Baseando-se nessa natureza excludente e subalternizante da ordem imposta pela metrópole, não é de se estranhar o surgimento e fortalecimento de movimentos nacionalistas nos territórios colonizados. A censura acompanhava essas manifestações de resistência, procurando negar-lhes visibilidade, numa intenção de naturalizar as desigualdades de gênero, classe e etnia em toda sociedade. Este era o conceito de ordem social por qual trabalhava o regime para manutenção da “paz” no império (MELO, 2016, p.478).

A instituição principal no exercício da censura foi a Direção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa, fundada em 1928, e que após a instauração do estado novo em 1933, tornou-se a Direção-Geral dos Serviços de Censura, se adequando a uma nova estratégia

global nos moldes desejados por Salazar. Até 1974 este órgão passaria por outras mudanças, se aperfeiçoando jurídica e logisticamente (MELO, 2016, p.480). Cobrindo todo o território nacional e espaço midiático, a Direção-Geral dos Serviços de Censura tinha apoio das forças armadas, polícia, governadores civis, provinciais e estaduais, milícias, polícia política e o Secretariado de Propaganda Nacional, além de outros mecanismos de doutrinação, subordinando amplamente as manifestações intelectuais, culturais, socioculturais e políticas que ousavam surgir sob o regime (MELO, 2016, p.480). Importante órgão para a repressão da dissidência no ultramar, o DGSC possuía comissões de censura que, após fazerem seus levantamentos, reportavam ao governador-geral da colônia, que por sua vez reportava para o Ministério do Interior, e este reportava ao Ministério do Ultramar. O Ministério então seria responsável por remeter, de volta para as colônias, listas de livros, revistas e outros materiais proibidos (MELO, 2016, p.481).

Nesta estrutura de controle que gira em torno do governo central, era extremamente difícil promover o pensamento anticolonial (ao menos publicamente). Diversos temas, palavras e imagens precisavam passar pela aprovação dos censores antes de poderem ser difundidas ou pronunciadas (THOMAZ, 2002, p.88). Questões políticas e militares eram objeto de atenção desse sistema, cuja opressão sistemática crescente se manteve até 1974, e gradualmente os alvos se ampliaram para abarcar questões morais e religiosas, conduta individual e comportamento cotidiano dos portugueses. Era impensável, durante o Estado Novo, tocar em questões que antes eram de livre debate, inclusive por intelectuais, como a venda das colônias, ou o afastamento de Portugal do ultramar para retornar a sua origem geográfica peninsular. Debater a legitimidade das colônias como território sob domínio imperial era ir contra a pátria, pois já havia sido afirmada, por meio de legislação, a participação essencial do espaço do ultramar na constituição da nação (THOMAZ, 2002, p.89). Os anticolonialistas não tiveram espaço na esfera pública do império, e não pôde se desenvolver um discurso ou um debate que colocasse suas ideias frente a frente com os que se colocavam colonialistas, pois a censura e a perseguição eliminavam essa possibilidade (THOMAZ, 2002, p.90). Tal discurso pôde se desenvolver, no entanto, em outros impérios, como o Francês, ainda que se desse de maneira frágil. Uma das manifestações anticolonialistas francesas a se tomar nota foi a *Contra Expo*, um evento realizado por surrealistas, socialistas e comunistas, que tinha o intuito de criticar a realização da *Exposição Colonial de Paris de 1931*, acontecendo paralelamente a esta, e contando com publicações na imprensa francesa que lhe davam visibilidade. Tal evento nunca teria sido possível no

contexto de Portugal e sua política de indivisibilidade, pois seria rotulado como antiportuguês e mirado pela perseguição política (THOMAZ, 2002, p.210).

De forma similar a outros regimes fascistas, na década de trinta surge em Portugal um corpo policial especializado em informação e repressão política, de acordo com a nova ordem ditatorial. A Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado, que viria a se tornar a PIDE em 1945. Campos de deportados se multiplicaram nas colônias, funcionando em consonância com a censura e o corpo militarizado de repressão. A partir do golpe de estado de 1926, esses campos de prisioneiros surgiram em Angola, Moçambique, São João Batista de Ajudá e no enclave de Ocussim no Timor. Um dos mais famosos, apelidado de “Tarrafal”, era um verdadeiro campo de concentração, apelidado de “campo da morte lenta”. Nestas prisões ultramarinas, para onde eram enviados os anticolonialistas e outros criminosos e inimigos do império, as condições de vida eram péssimas e eram recorrentes as práticas de maus tratos, torturas e a morte por abandono (THOMAZ, 2002, p.89).

Em 1933 foi criada a Secretaria de Propaganda Nacional (SPN), sob a liderança de António Ferro, que antes da ditadura já havia trabalhado como diretor em publicações periódicas de direita. A ideia inicial da SPN era visibilizar a obra do regime para a população, pois temia-se que sem a propaganda, o povo estaria vulnerável às críticas e manipulações dos “inimigos do país”. Esse medo de que a população se descontentasse com o governo por falta de informação fica bem colocado na fala de Salazar ao dar a posse da Secretaria de Propaganda Nacional para António Ferro: “Politicamente só existe o que o público sabe que existe”. Posteriormente, une-se a esse propósito de divulgação da obra do governo uma função de reeducação do povo, que busca modelar os espíritos de acordo com a ideologia do regime (ROSAS, 2001, p.1042). O sistema de propaganda ideológica gerado seria autoritário, vasto e diversificado, alcançando as vidas das pessoas em seu lar, escola, trabalho e horas livres (ROSAS, 2001, p.1041), por meio de cinema, rádio, cartazes, prêmios literários, teatro, turismo, festas populares e entre outras manifestações nacionalistas. A propaganda produzida teria uma estética trabalhada, que utilizava de correntes da arte modernista, como por exemplo o movimento de Arte Decô, ao mesmo tempo que promovia valores conservadores e rurais como os enfatizados pelos mitos nacionalistas do Estado Novo. É importante apontar que, a partir de 1940, além de declarar os símbolos e valores considerados dignos para o discurso Salazarista, a Secretaria de Propaganda Nacional iria ser também responsável pela prática da censura prévia do regime (ROSAS, 2001, p.1043).

Na estrutura cultural promovida durante a ditadura, o saber acadêmico e a cultura científica e universitária teriam um lugar periférico tanto na política do espírito quando na

educação nacional (ROSAS, 2001, p.1039), pois no espetáculo da mobilização e da propaganda política, o saber documental produzido no espaço fechado da universidade não teria tanta utilidade. Na educação nacional, desconfia-se da ciência e da pluralidade dos saberes. Neste modelo não há mais lugar para os peritos da academia, pois a SPN possui seu próprio corpo de artistas, ideólogos e agitadores (ROSAS, 2001, p.1040). A função principal seria educar as massas na moral e no espírito.

A função da SPN na metrópole era organizar, padronizar e divulgar a informação, as crenças, os valores, a cultura e os artefatos do espírito (ROSAS, 2001, p.1041). Outro órgão que trabalhava na mesma função, só que com os esforços voltados ao ultramar, era a Agência Geral das Colônias. A Agência havia sido criada em 1924 durante o regime republicano e pertencia ao Ministério das Colônias. O ministro das colônias, Armindo Monteiro, também era adepto da visão de que com uma espiritualidade desenvolvida no povo, o conceito e a imagem do império se manteriam fortes. Em 1932 a Agência Geral foi reorganizada de acordo com as novas ideologias da época, com uma ênfase colocada no desenvolvimento das práticas de comunicação e propaganda e Júlio Garcez de Lencastre tomaria posse como agente geral. A Agência, por meio de sua divisão de informação, recolhia informações e estatísticas consideradas importantes e as divulgava para o uso dos governos central e colonial (GARCIA, 2016, p.346), tendo entre essas informações assuntos relacionados às outras potências coloniais e suas movimentações, sendo muitas dessas informações colhidas dos governos do ultramar português para alimentarem jornais da metrópole (GARCIA, 2016, p.347). A Agência também publicava, por meio da divisão especializada em publicações e bibliotecas, o Boletim Geral das Colônias (GARCIA, 2016, p.348), um repositório de ciência colonial e difusor da problemática ultramarina para estudantes e outros interessados no assunto (GARCIA, 2016, p.349). Quanto à propaganda, com sua própria divisão, além de servir para promover a própria Agência, promovia em diversos municípios exposições, cartazes e mostruários que enfatizavam para a população a importância que tinham as colônias. Unindo-se à Sociedade de Geografia de Lisboa e à Escola Superior Colonial, a Agência também estava envolvida na realização de eventos em liceus, escolas técnicas, magistério primário e universidades. Um outro tipo de evento que promovia anualmente junto destas mesmas instituições era a Semana das Colônias, juntando-se ainda com associações comerciais de Lisboa e do Porto, o que condiz com a intenção de Lencastre de recuperar o apoio da associação Pró-Colônias, para que a realização de eventos no norte ficasse mais acessível (GARCIA, 2016, p.348). Tal apoio seria conseguido futuramente, com a Associação Pró-Colônias apoiando a Exposição Colonial do Porto em 1934, no norte industrial do país

(GARCIA, 2016, p.351). Em 1932 a Agência Geral das Colônias organiza a Exposição Industrial de Lisboa (GARCIA, 2016, p.348), um tipo de exposição bastante comum no cenário europeu da época e que nos aprofundaremos mais adiante. Em 1933 a Agência realiza a Semana Portuguesa na cidade de Vigo, na Espanha, tratando de assuntos econômicos e comerciais (especialmente as matérias-primas comercializadas por Portugal na Europa) e na inauguração dessa exposição o agente geral Garcez de Lencastre enfatiza a importância da missão civilizadora que vem sendo efetuada por Portugal há séculos nas colônias, insinuando que tal missão se dá tanto por colonos quanto por indígenas (GARCIA, 2016, p.350). No ano seguinte, em 1934, Garcez de Lencastre seria nomeado governador de Luanda (GARCIA, 2016, p.352), capital de uma região onde pode-se dizer que a exploração da mão de obra indígena era intrínseca aos planos da administração colonial.

Ao analisarmos a perspectiva de Armindo Monteiro, ministro das colônias, podemos ter uma noção das intenções do governo quanto ao uso da propaganda, que deverá ter “...as mesmas características que a penetração comercial – tem de ser metódica, insistente, persuasiva, e os resultados, se nem sempre são imediatos, fatalmente serão reconhecidos” (GARCIA, 2016, p.351).

FIGURA 2 – EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA, EM LISBOA



FONTE: ULTRAMAR. Porto, n.03, 1934.

LEGENDA: Um cenário etnográfico que representa a colônia de Guiné, na Exposição Industrial Portuguesa de 1932, organizada pela Agência Geral das Colônias.

2.3. As Exposições Universais e Coloniais e a Participação de Portugal

Desde o século XVIII vinha acontecendo na Europa um tipo de evento cujo fim era apresentar novas técnicas e tecnologias para o público. Esses eventos eram as exposições industriais e agrícolas, que aconteciam em escala local ou regional, com objetivos de trocas comerciais. A França e a Inglaterra foram as nações pioneiras nessa prática, que ocorreu periodicamente até meados do século XIX, quando a Inglaterra, em 1851, organizaria uma exposição com um novo grau de magnitude: a “Great Exhibition of the Work of Industry of All Nations” (A Grande Exibição do Trabalho Industrial de Todas as Nações). Neste evento de formato inédito, além de expôr seus próprios conteúdos nacionais como de praxe, a Inglaterra convidaria outros países a comparecerem e participarem com seus próprios pavilhões industriais (SANTOS, 2013, p.3). Vinte e cinco países tiveram seu espaço reservado na exposição, além de quinze colônias Inglesas terem sido representadas, o que é significativo pois as tecnologias e técnicas das colônias não costumavam ter espaço nos eventos anteriores. A “Great Exhibition of the Work of Industry of All Nations” deu partida para que outros países fizessem suas próprias exposições de caráter universal, e esse formato de evento ganharia cada vez mais visibilidade e inércia nos anos que se seguiram até o fim do século XIX, com público e tamanho cada vez maiores e com mais nações participantes (SANTOS, 2013, p.4). Após a conferência de Berlim (entre 1884 e 1885) esses eventos refletiriam as mudanças nas políticas coloniais europeias. Era necessário, para responder as acusações que se construía contra os projetos coloniais, apresentar e justificar as vantagens da exploração dos territórios colonizados e de seus povos e legitimar as violências ocasionadas por meio de discursos que, no caso de Portugal, combinavam assimilação racial com superioridade racial (ANTUNES, 2011, p.02). Ambos os termos exposição “universal” e “internacional” seriam utilizados em paralelo, variando de país pra país, até o início do século XX (SANTOS, 2013, p.6).

Quando pensamos estes eventos, é importante considerar quão influente havia sido a Revolução Industrial no cenário europeu ao final do século XIX, e como o continente estava marcado pela industrialização. As mudanças e inovações tecnológicas se manifestavam de diversas formas nas exposições, sendo uma delas a arquitetura. Na exposição universal de 1851 de Londres, testemunhamos a primeira versão de uma construção que se tornaria símbolo das exposições universais: o Palácio de Cristal, cuja arquitetura moderna prestava referência às inovações tecnológicas da Revolução Industrial (THOMAZ, 2002, p.198). Sua estrutura era construída de materiais que, apesar de não serem necessariamente modernos, eram aplicados de forma diferente no Palácio. As vigas de ferro, vidro e peças de concreto

utilizadas na construção chegavam prontas ao local da obra, de forma que só era necessário montá-las de acordo com o plano arquitetônico. O emprego de componentes pré fabricados em série constituía uma novidade técnica na época e a Inglaterra se aproveitaria da imagem inovadora que o Palácio de Cristal carregava para promover sobre si um sentimento de grandeza e avanço tecnológico. Apesar da qualidade de vida de algumas regiões da Inglaterra na época serem extremamente ruins e a população nestas regiões viver em condições miseráveis, a propaganda nacionalista britânica encontrava espaço na Exposição, se baseando numa imagem de superioridade de sua civilização frente as outras nações convidadas para o evento (THOMAZ, 2002, p.199). Tamanho foi o impacto do Palácio de Cristal nas sociedades da época, como um símbolo de progresso e industrialização, que Portugal construiria sua própria versão do palácio em 1865 na Exposição Internacional da Península Ibérica, na cidade do Porto. Só que, ao contrário do original, esta versão da construção foi feita com intenção de que fosse permanente, além de possuir quatro pavilhões a mais (ANJINHO, 2006, p.8). O palácio ainda seria reproduzido em diversos países em exposições diferentes.

Nestas exposições, das quais Portugal participaria em diversas como convidado, nos é possibilitado testemunhar como se davam as práticas de autorrepresentação das potências europeias e a representação que faziam dos povos que colonizavam. Enquanto as metrópoles expunham suas grandes obras arquitetônicas e industriais em um formato de disputa ritualizada com as outras potências, no lado dedicado às colônias só eram trazidas curiosidades e monumentos insignificantes e sua grande contribuição nesse contexto era somente fornecer matéria-prima para os impérios. O ocidente celebrava seu avanço tecnológico, que era tornado ainda mais significativo quando em comparação ao exotismo fabricado de um povo não-europeu a ser dominado e civilizado. A mensagem a ser passada era a de que nem todas as civilizações haviam chegado a um mesmo ponto em seu desenvolvimento, e seus avanços seriam classificados hierarquicamente frente ao público em um grande ritual de massas (THOMAZ, 2002, p.201).

As exposições permitiam aos impérios aglomerar em um só lugar suas riquezas e as de seus territórios colonizados e a cada nova exposição a construção de novas estruturas monumentais possibilitava mostrar as capacidades tecnológicas e os novos materiais e técnicas das nações participantes. Entre as construções simbólicas originadas do contexto das exposições universais, além do já mencionado Palácio de Cristal em suas diversas versões, evidencia-se a Torre Eiffel (SANTOS, 2013, p.2), inaugurada na exposição Universal de Paris de 1889, tornando-se um símbolo para a cidade que se mantém de pé até hoje. As exposições tinham um caráter de experimentação exibicionista (SANTOS, 2013, p.03), catalogando as

riquezas do mundo e as instrumentalizando para um “progresso da humanidade” (SANTOS, 2013, p.05), porém sempre tendo a Europa como referencial de humanidade. Essa competição ritualizada, manifestada de formas artísticas e monumentais, não deixava de ser um reflexo dos atritos internacionais em que estavam envolvidos os Impérios participantes, nos territórios colonizados na África, Ásia e Oceania (THOMAZ, 2002, p.203).

A frequência das exposições universais não tinha uma regularidade preestabelecida, com cada país as executando na data que considerasse mais significativa para sua narrativa nacionalista. Em 1867, uma assembleia da qual participaram Áustria, Itália, Prússia, Rússia, Grã-Bretanha e Estados Unidos define um estatuto das futuras exposições. Em 22 de novembro de 1928, na Convenção de Paris, esses eventos internacionais foram regulamentados e as obrigações dos participantes foram definidas, sendo Portugal um dos 40 países participantes do acordo (ANJINHO, 2006, p.04). Através de uma instituição intitulada Bureau International des Expositions (B.I.E.), as nações interessadas em fomentar suas próprias exposições universais poderiam organizar-se de forma a não marcarem eventos no mesmo ano. Somente após confirmada a possibilidade da data que um registro definitivo seria efetuado e a nação anfitriã poderia convocar participantes de outras nações a exporem seus estandes (ANJINHO, 2006, p.5).

Enquanto inicialmente o foco principal das exposições universais era o desenvolvimento da indústria e da tecnologia, não deixavam de estar presentes temas complementares. Exposições coloniais e mostras etnográficas muitas vezes aconteciam simultaneamente, na mesma cidade ou no mesmo local e sua organização poderia estar vinculada à das exposições principais (THOMAZ, 2002, p.205). Na exposição universal de Paris de 1878, vemos pela primeira vez as “villages indigènes”, que eram cenários construídos especialmente para a exposição, arranjados de forma a emular vilas indígenas com casas e construções típicas. Estes panoramas artificiais eram então ocupados por indivíduos trazidos das colônias, para que fossem exibidos em um cenário semelhante ao de suas terras natais, como se estivessem em um tipo de zoológico (THOMAZ, 2002, p.206). Uma vez lá, eram observados pelos visitantes europeus, na intenção de que se pudesse vislumbrar o estilo de vida original dos indígenas dos territórios colonizados. Quanto às nações que não possuíam colônias sob seu domínio, ainda existia a possibilidade de expôr populações não-brancas de seu próprio território, como os Estados Unidos fizera frequentemente com nativos americanos, ou de expôr populações brancas em trajes e hábitos “típicos” em aldeias “folclóricas” que evidenciavam uma diversidade ocidental, como a Suécia ou a Grécia

fizeram (THOMAZ, 2002, p.207). É evidente que estas exposições humanas não constituíam de nenhuma forma um meio realista de representação.

A maneira com que eram colocados os elementos em exibição nas exposições coloniais seguia uma ordem planejada, em função de uma didática específica para o grande público que fosse direta e apreensível. Porém essa didática seguia uma lógica eurocêntrica e hierarquizante, de acordo com uma antropologia evolucionista do século XIX que pregava a ideia de uma escala evolutiva em que as populações do mundo se enquadravam. Nessa escala, a humanidade teria se desenvolvido a partir de um estado de infância começando na selvageria, se desenvolvendo para um grau mais elevado de barbárie, e alcançando na conclusão desse processo o perfil de civilização. Nas exposições, essas etapas de desenvolvimento humano eram representadas em uma narrativa temporal e espacial, começando pelas vilas de africanos que representavam a selvageria, passando por “ruas orientais” de asiáticos no estágio de barbárie e terminando, por fim, na parte europeia da exposição, que corporificava o ápice da evolução humana e da civilização. Ao vincular estes estágios arbitrários de desenvolvimento humano a uma ordem temporal estabelecida, seria facilitada a implantação da ideia, na mente do público, de que os povos não-europeus tinham uma natureza atrasada. Em uma escala temporal, o “outro” era colocado como vindo tanto de terras quanto de tempos distantes (THOMAZ, 2002, p.207). Por contraste em relação ao “outro” exótico e selvagem, as potências coloniais se definiam nas exposições. Contudo, essa imagem do selvagem era altamente processada e afastada da realidade dos povos que buscava representar. Logo podemos concluir que na narrativa dos impérios coloniais, entre eles Portugal, o empenho em criar a própria imagem se dava também através de um processo indireto, descrevendo de uma perspectiva dominadora a natureza de populações não-brancas, gerando uma didática que, quando consumida pelo público, alimentaria a moral e o mito nacionalista. Como colocado por Ella Shohat e Robert Stam (2006, p.45), o racismo envolve um duplo movimento de agressão e narcisismo: o insulto ao acusado é acompanhado por um elogio ao acusador. Além disso, embora possa ser irracional e autodestrutivo, em geral o racismo é resultado de opressões concretas. Essa apropriação e ressignificação da cultura dos indígenas era uma camada a mais no projeto de exploração que já acontecia há séculos nas colônias.

No trajeto das exposições, após testemunharem a selvageria do primórdio da humanidade e a ausência da civilização que supostamente havia no mundo fora do ocidente, os visitantes chegavam em pavilhões europeus. Nestas áreas da exposição se informavam dos feitos de engenharia que a metrópole levava às colônias, assim como obras missionárias e

outros tipos de empreitadas simbólicas para enfatizar a superioridade das metrópoles. Com o público levado de volta para sua própria terra ao final da exposição, o desfecho da didática mostrava a obra europeia levando a civilização aos povos distantes, e racionalmente os tirando de uma letargia secular (THOMAZ, 2002, p.208).

A maior exposição colonial até então realizada, no século XX, foi a Exposição Colonial Internacional de Paris de 1931, cujas propostas dos organizadores apontavam para a formação de um cidadão francês orgulhoso dos feitos do país, convencido de que o império só mantém sua grandeza e potência devido a obra colonial, e esta obra faz parte de um “método colonial francês”. Nesse evento, além da sessão francesa, que naturalmente era a maior e mais trabalhada, estavam presentes também expositores de diversos outros impérios convidados, apesar de a Inglaterra, que ainda arcava com os custos de seus próprios eventos anteriores, não poder investir tantos recursos em sua apresentação (THOMAZ, 2002, p.208 – 209). Entre as nações convidadas, Portugal estava presente com quatro palácios e um pavilhão e o tema de suas seções trabalhava a relação entre a obra colonial portuguesa com a história dos descobrimentos e das grandes navegações. Dessa forma se criava uma relação entre o passado glorioso das primeiras colônias do oriente, com o futuro promissor de Angola e Moçambique. Na época, apesar de Portugal já ter participado de inúmeras outras exposições, o impacto da participação na exposição de Paris foi significativo para a população (THOMAZ, 2002, p.214) e três anos depois o país teria a primeira Exposição Colonial de caráter nacional em seu território.

O quadro 1, abaixo, foi adaptado da obra “Ecos do Atlântico Sul” (THOMAZ, 2002, p.359) e ilustra, até o ano de 1934, algumas das principais exposições universais, internacionais e coloniais que ocorriam no Ocidente desde o século XIX.

QUADRO 1 – CRONOLOGIA DAS EXPOSIÇÕES

ANO	TIPO DE EXPOSIÇÃO	CIDADE	Nº DE VISITANTES (Em milhões)
1851	Universal	Londres	6.040
1855	Universal	Paris	5.162
1862	Universal	Londres	6.211
1867	Universal	Paris	11
1873	Universal	Viena	7.255
1876	Universal	Filadélfia	10.165
1878	Universal	Paris	16.033
1883/1884	Internacional	Calcutá	

1883	Colonial Internacional	Amsterdã	
1885	Universal	Antuérpia	1.537
1886	Colonial Nacional	Londres	
1888	Universal	Barcelona	1.227
1889	Universal	Paris	32
1891	Internacional	Kingston	
1893	Universal	Chicago	27.329
1894	Colonial Nacional	Lyon	
1894	Colonial Nacional	Londres	
1897	Universal	Bruxelas	4.000
1899	Colonial Nacional	Londres	
1900	Universal	Paris	50
1902/1903	Internacional	Hanói	
1904	Universal	Saint Louis	19.7
1905	Universal	Liège	
1906	Universal	Milão	
1906	Colonial Nacional	Marselha	
1910	Universal	Bruxelas	
1911	Internacional	Turim	
1911	Internacional	Roubaix	
1913	Universal	Gand	
1915	Universal	São Francisco	18.9
1922	Colonial Nacional	Marselha	
1924/1925	Colonial Internacional	Wembley	27
1924	Colonial	Estrasburgo	
1925	Internacional de Arte Deco.	Paris	
1929	Universal	Barcelona	
1929/1930	Ibero-Americana	Sevilla	
1930	Internacional Industrial	Liège	
1930	Internacional Marítima e Colonial	Antuérpia	
1931	Colonial Internacional	Paris	8
1933	Universal	Chicago	48.3
1934	Colonial Nacional	Porto	1

FONTE: Adaptado de THOMAZ (2002, p. 359).

3. A exposição Colonial do Porto de 1934 e o Jornal Ultramar

3.1. Origem, organização e administração da exposição

Portugal já havia participado de inúmeras exposições internacionais e universais, além de eventos coloniais e antropológicos promovidos pelas potências europeias, desde o século XIX. Em 1934, diversos fatores combinados culminaram na primeira exposição que Portugal realizaria em seu território com caráter colonial: A Exposição Colonial do Porto. A exposição seria inaugurada em 15 de junho de 1934, vindo a durar 3 meses, com encerramento em agosto. No entanto, o planejamento e organização da exposição se dariam com muitos meses de antecedência, começando já em 28 de agosto de 1933, por meio da publicação pelo governo do artigo 2.º do Decreto nº22.987 de 28 de agosto de 1933 (GARCIA, 2016, p.351).

A localização temporal da exposição de 1934 se dá no início de um processo, a partir de 1930 até meados de 1940, em que diversos fatores combinados contribuíam para que Portugal desenvolvesse seu cenário industrial e urbano. Esse desenvolvimento industrial foi um processo frágil e com surtos de crescimento, na conjuntura de crises mundiais como a de 1929 que ocasionavam alterações na configuração das relações comerciais entre as metrópoles e os mercados de suas colônias. Também sob a administração do regime Salazarista, uma estabilidade econômica se manteve, o que contribuiu para a industrialização, com o protecionismo do estado preservando manufaturas tradicionais portuguesas e uma mão de obra barata, sendo que a taxa de emigração dessa mão de obra havia diminuído em direção ao Brasil devido às políticas anti-imigração do governo de Getúlio Vargas de julho de 1934 (cujo regime também seria batizado de “Estado Novo”) (THOMAZ, 2002, p.91).

A localização espacial da exposição foi bastante significativa simbolicamente, pois a cidade do Porto era um importante centro industrial e poderoso setor mercantil de Portugal, conhecida como “capital do norte”. O histórico da cidade de sediar exposições já fora iniciado havia muito tempo, sendo o Palácio de Cristal um marco de modernidade arquitetônica da cidade desde que fora construído em 1865 para sediar naquele ano a Exposição Industrial Internacional e posteriormente muitas outras exposições em escala nacional e internacional (mesmo antes disso, a imagem do Palácio de Cristal já era um símbolo das exposições universais desde sua manifestação original em 1851, na Inglaterra) (THOMAZ, 2002, p.219).

O evento tinha apoio de diversas organizações e associações, tanto do norte do país quanto em escala nacional. Entre elas, a Associação Cívica Pró-Colônias (GARCIA, 2016, p.351), a Igreja Católica e uma parte da Universidade do Porto. Porém, mesmo com o auxílio dessas entidades políticas e da forte burguesia mercantil do norte, a Exposição Colonial de

1934 teve um protagonismo do Estado, que centralizava a organização e administração, visto seu caráter soberano. Parte dos fundos e investimentos arrecadados eram responsabilidade da recém-criada Sociedade Anônima da Exposição Colonial, enquanto a comissão organizadora, a direção efetiva e grande parte da publicidade ficavam a cargo da Agência Geral das Colônias, sendo que essa já tinha experiência na organização de eventos coloniais. Não era desejado pelo estado que o setor privado tomasse a iniciativa de concepção ou organização da Exposição de 34. Enquanto que no modelo das exposições industriais anteriores, de escala regional, setores específicos se responsabilizam pela representação de seus projetos, isso não se dava da mesma forma em exposições coloniais (THOMAZ, 2002, p.218).

Com a intenção de se comparar e se aproximar às demais potências europeias, era grande o potencial que se apresentava ao regime para trabalhar a sua imagem por meio da exposição e centralizar em si todo o impulso de modernização que a metrópole almejava (THOMAZ, 2002, p.193). O modernismo havia marcado as exposições anteriores e na exposição de Paris de 1931 essa corrente artística estava presente no cartaz do pavilhão português, que ilustrava uma mulher africana em uma estética geométrica de Arte Decô.

FIGURA 3 – CARTAZ DA PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NA EXPOSIÇÃO DE PARIS DE 1931



FONTE: MATOS, 2006, p.177.

O desenho do cartaz (figura 3) é de autoria de Fred Kradolfer, artista que trouxe para Portugal influências artísticas das vanguardas europeias da época, ensinando uma nova geração de artistas e transformando a propaganda do país. Porém para a exposição do Porto de 1934, o dinamismo moderno não dominaria a estética geral do evento. O diretor-geral Henrique Galvão desgostava dos modernistas portugueses e, em consonância com a igreja católica e a burguesia mercantil do norte que patrocinavam o evento, optou por representações mais tradicionais em diversos pontos da exposição. A arquitetura ainda seguiria um estilo moderno, principalmente no Palácio de Cristal que teria sua fachada e seu interior reformado em preparação para o evento, transformado no Palácio das Colônias. Enquanto isso, painéis do retratista Eduardo Malta em exposição decoravam as paredes com pinturas em um estilo realista, mais tradicional (THOMAZ, 2002, p.215). A combinação de estéticas modernas e tradicionais na exposição pode servir, nesse contexto, como uma boa analogia para o discurso imperial salazarista, que ao mesmo tempo que pregava a união de todos os povos como uma única nação, salientava que um desses povos, o branco, era definitivamente superior.

Enquanto na fase de planejamento, Oliveira Salazar colocava os elementos que deveriam ser representados na exposição, vinculados aos objetivos nacionalistas do evento: um forte apelo à história passada e presente do império, a sua unidade territorial com os territórios e povos do ultramar e a unidade espiritual da população, tão importante para que se mantivesse o discurso e a propaganda do regime (THOMAZ, 2002, p.217). A obra portuguesa deveria ser apresentada com tamanha ênfase, que evidenciaria e confirmaria a unidade da metrópole com as colônias, em corpo e em espírito, através dos tempos. Novamente uma combinação de fatores dispersos, se dando, neste caso, através do oceano que separa colonizadores de colonizados e através do tempo em uma construção da história que une passado e futuro, uma temática que dava estabilidade conceitual para a existência do império em uma época em que não deveria mais existir.

Além de Oliveira Salazar, o futuro Diretor-Geral da Exposição Colonial Henrique Galvão e o Ministro das Colônias Armindo Monteiro apontavam a necessidade de que o evento tivesse um caráter pedagógico e uma doutrina que tomasse o partido da obra colonial, assim como tiveram as exposições coloniais anteriores da qual o país participava como convidado. Visava-se um despertar de interesse na população que ainda se encontrava desinformada sobre o tema e uma conversão dos que ainda se colocavam como incrédulos ao projeto colonial. Pode-se observar que essa didática não era voltada necessariamente às entidades e indivíduos apoiadores da Exposição ou ao setor privado, pois estes já conheciam as potencialidades e vantagens de se colocar a favor dos planos do regime de exploração do

ultramar e, inclusive, pressionavam o Estado por providências nessa direção. A didática, assim, tinha sua função voltada aos que ainda se viam realmente recessos quanto à empreitada no ultramar. Seria um evento oportuno para unificar a população em um espírito português (THOMAZ, 2002, p.218).

Enquanto a exposição estava em estágio de preparação, com áreas em construção e muitos elementos ainda para decidir, as imprensas de Porto e Lisboa preparavam a população para o evento que estava por vir, acompanhando a remodelação do Palácio de Cristal (THOMAZ, 2002, p.219), ou descrevendo os nativos que chegavam em Portugal das diversas colônias. No total eram 324 indivíduos trazidos do ultramar para serem expostos nas aldeias indígenas, sendo 305 adultos e 19 crianças (THOMAZ, 2002, p.221). Antes de partir para o evento ao norte, os indígenas desembarcavam em Lisboa e os europeus se impressionavam com as diferentes etnias que viam. As publicações dos jornais não deixavam de enfatizar como os indivíduos vindos das colônias se maravilhavam com a metrópole, enquanto as características diferentes de cada tipo de indígena eram evidenciadas: cabo-verdianos e timorenses eram descritos como bons falantes da língua portuguesa e amantes da pátria mãe, indianos e macaenses eram colocados como figuras de autoridade e sofisticação. Enquanto isso, indivíduos vindos da África recebiam a atenção voltada para seus corpos: o vigor para o trabalho no caso dos homens e a sensualidade no caso das mulheres. A cobertura jornalística dos indígenas continuava ao chegarem no local da exposição, enquanto trabalhavam na construção de suas respectivas casas tradicionais em cada uma das vilas indígenas (THOMAZ, 2002, p.220). Desde o momento que chegavam à exposição, os nativos eram objeto de estudo antropológico. Alunos e professores da Universidade do Porto efetuavam uma observação sistemática dos 324 indivíduos e, por meio desta observação, julgavam possível chegar à conclusões a respeito das suas capacidades intelectuais e quão aptos estariam para o trabalho. Dos adultos, 32 eram bijagós, 21 balantas e 7 mandingas, seruás e manjacos da Guiné; 19 cabo-verdianos; 14 bimbundos, 5 quiocos, 41 entre bienos, ganguelas e quipungos e 4 bacancalas de Angola; 64 landins, 61 bachopes, 6 bitongas, 2 quelimanes e 6 senas de moçambique; 8 indianos, 6 macaenses e 9 timorenses. As observações realizadas nesses “portugueses do ultramar” envolviam caracteres descritivos, antropométricos, fisiológicos, psicológicos, grupos sanguíneos e metabolismo basal. Estes estudos seriam depois disponibilizados em publicações do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto (THOMAZ, 2002, p221).

Entre os antropólogos envolvidos nestes estudos, estava Antônio Augusto Esteves Mendes Corrêa, considerado o primeiro antropólogo português. Corrêa se formou em

medicina pela Universidade do Porto, inicialmente estudando crânios de mussumbes em 1915, passando a estudar nos anos seguintes indivíduos de Angola, Timor e Índia e, ao longo das décadas, seus estudos se redirecionaram da antropologia física para a etnopsicologia (THOMAZ, 2002, p.107). Foi uma influente figura que havia sido um dos fundadores da Sociedade de Antropologia, fundador do Museu da Universidade do Porto e das salas de Antropologia Metropolitana e Antropologia Ultramarina, além de ter sido organizador de Missões Antropológicas à Guiné e Moçambique. Na época da exposição, Mendes Corrêa era também presidente da Câmara do Porto (SERRA, 2016, p.48). Seu envolvimento ainda se expande, pois paralelamente à Exposição Colonial do Porto 1934, acontecia na mesma cidade o 1º Congresso Nacional de Antropologia das Colônias, de cuja organização Corrêa fazia parte. Em 1934 ele chegaria ainda a escrever um artigo no jornal “Ultramar” (figura 19). Nesse artigo, aponta para a chegada dos nativos timorenses à cidade do Porto na ocasião da Exposição e expressa sua felicidade com a oportunidade que se apresenta. Até o momento só havia podido estudar um único indivíduo timorense e, antes disso, crânios da Universidade de Coimbra provenientes de Timor. Mendes Corrêa narra brevemente no artigo como seus estudos ganham validação de outros acadêmicos da área, o que o leva a concluir que os métodos antropológicos adotados no estudo das raças eram válidos, como a medição dos corpos e crânios. Termina o artigo enfatizando o alto significado político do evento de 34 e seu interesse científico, ao permitir que essa grande quantidade de timorenses seja sujeita ao exame antropológico.

Além da cobertura feita pela imprensa, a Exposição tinha essa publicação oficial, intitulada “Jornal Ultramar”, cujo primeiro número já estava em circulação desde 1º de fevereiro de 1934, muito antes da inauguração do evento que se daria no mês de junho. Sua redação e edição se localizavam dentro do próprio Palácio das Colônias e, estando fisicamente presente, seus artigos acompanhariam vários dos processos de organização do evento: a remodelação da fachada do edifício, a construção dos pavilhões e vilas indígenas, a chegada dos povos ultramarinos, eventos paralelos, boatos sobre a exposição e as constantes visitas de figuras de estado às obras, incluindo Oliveria Salazar.

Os artigos também eram plataforma de publicidade turística, sendo alguns redigidos em outras línguas como Francês, Inglês ou Alemão. A propaganda do Estado Novo estava presente com frequência na publicação, sendo integrante do corpo redatorial João Mimoso Moreira, chefe da Divisão de Propaganda da Agência Geral das Colônias. O diretor do Jornal Ultramar era ninguém menos que Henrique Galvão, a mesma pessoa que dirigia a exposição (Jornal Ultramar, 1934, números 01 a 09). Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, Henrique

Galvão havia se matriculado na Escola Militar e, em 1926, torna-se um apoiador da intervenção do exército na política portuguesa. Escritor, já tinha experiência publicando livros e trabalhando em jornais, sendo um dos fundadores do periódico “O Imperial”, diretor da revista “Portugal Colonial” (SERRA, 2016, p.50). Em 1929 é nomeado chefe de gabinete do Alto Comissariado de Angola, com uma trajetória política pautada também por questões coloniais, alcançando até a posição de governador de Huila, em Angola. Sua função na Exposição do Porto de 34 também não lhe seria estranha, pois previamente havia organizado a Feira de Amostras de Lourenço Marques, em Moçambique, que lhe impulsionou à posição de Diretor em que se encontrava em 1934 (THOMAZ, 2002, 158 – 159).

Podemos observar a presença de diversas figuras públicas influentes na organização e realização da Exposição Colonial de 34, o que condiz com a intenção do Estado Novo de protagonizar o evento. Os objetivos didáticos desejados estavam bem providos de autoridades que lhes davam sustentação teórica e legitimidade em benefício das intenções do regime.

FIGURA 4 – ELEFANTE EM CONSTRUÇÃO



FONTE: ULTRAMAR. Porto, n.01, 1934.

LEGENDA: Estrutura em madeira da estátua do elefante que viria a adornar a fachada do Palácio das Colônias. O Jornal Ultramar publicaria notícias sobre o processo de organização do evento, incluindo a construção.

FIGURA 5 – OLIVEIRA SALAZAR E HENRIQUE GALVÃO



FONTE: ULTRAMAR. Porto, n.08, 1934.

LEGENDA: Diversas figuras públicas influentes viriam a visitar a exposição antes dessa ser inaugurada. Nessa foto, publicada na capa da edição n°8 do Jornal Ultramar, podemos observar um momento de interação entre Oliveira Salazar e Henrique Galvão.

3.2. Formato da exposição, didática colonial e mensagem

No dia 15 de junho, após cinco meses de preparação, a Exposição Colonial do Porto foi inaugurada e, no dia 16, as portas se abririam para o público. Estaria iniciada a empreitada do regime Salazarista de fortalecer o domínio sobre o ultramar e de combater o desconhecimento da população sobre os assuntos coloniais (SERRA, 2016, p.49). Era a primeira Exposição Colonial deste tipo que Portugal sediava, seguindo um formato que para o povo português era inédito (SERRA, 2016, p.50).

Chegando ao local, o visitante poderia adquirir um guia oficial, com informações e mapas que o ajudariam a entender a organização espacial dos quatrocentos pavilhões da Exposição do Porto, além de uma programação dos diversos eventos e atividades planejadas. Havia congressos vinculados à Exposição, como o 1º Congresso de Antropologia e o Congresso de Intercâmbio Comercial com as Colônias, como também foram realizados

desfiles, saraus e concursos. Um dos concursos, de literatura colonial, premiou o diretor Henrique Galvão com o segundo lugar, por seu livro de contos “Terras do Feitiço” (SERRA, 2016, p.50). Estudantes, órfãos, militares e outras instituições estavam entre os visitantes que chegavam por meio de excursões organizadas e algumas dessas excursões à cidade do Porto podiam alcançar escala nacional, sendo o trem um dos transportes mais utilizados por esses grupos. Além dos portugueses, estrangeiros também compareceriam ao evento, de jornalistas espanhóis de Vigo, até autoridades políticas, como o príncipe de Gales ou o Ministro das Colônias da Bélgica. No total, o numeroso público alcançaria um milhão e trezentos mil visitantes, sendo tal estatística em si uma propaganda do sucesso da exposição para os estrangeiros (SERRA, 2016, p.49).

Para o lazer e alimentação do público, estavam disponíveis stands comerciais, restaurantes, parque zoológico, teatro e cinema. O transporte pelas áreas e jardins em torno do Palácio das Colônias poderia se dar pela terra por meio de um trem chamado “comboio colonial”, ou por meio de um cabo aéreo que permitia uma visão fisicamente mais elevada. A disposição desses meios de transporte facilitava a observação dos elementos paisagísticos e arquitetônicos, ou das pessoas em exibição. (SERRA, 2016, p.50)

O evento possuía duas sessões, sendo uma sessão privada e uma oficial, ambas distribuídas pelo interior do Palácio das Colônias e seus jardins e arredores. Na seção privada, cerca de 650 mostruários industriais e comerciais exibiam produtos portugueses do comércio entre metrópole e ultramar (THOMAZ, 2002, p.222). Porém a seção oficial protagonizava o evento, começando pelo Palácio das Colônias, cuja nova arquitetura era também veículo da didática do espírito português. Aquele que chegasse à fachada do Palácio das Colônias se via de frente a dois números, 1415 e 1934, que representavam datas: o ano da Conquista de Ceuta e o ano em que se passava a exposição. E ainda na fachada, uma enorme estátua de elefante insinuava a natureza dos territórios estrangeiros da África até a Ásia, dessa forma amarrando a temática colonial do edifício. E isso também se dava nos monumentos em frente ao Palácio, na Praça do Império: o Monumento ao Esforço Colonizador Português representava em traços modernistas seis figuras humanas, de mulher, militar, missionário, comerciante, agricultor e médico (MATOS, 2006, p.191); ao lado desse, estava o Monumento aos Mortos da Colonização Portuguesa, martirizando os que faleceram na obra colonial (THOMAZ, 2002, p.219). Além das estruturas mais modernas, também foram erguidas estátuas de heróis nacionais e construídas réplicas de edificações históricas de regiões distantes, simbólicas de épocas e territórios por onde Portugal havia passado, como o farol da Guia em Macau, ou o

Arco dos Vicerreis na Índia (THOMAZ, 2002, p.220). Assim a amplitude temporal do império celebrada pelo regime se materializava na arquitetura e monumentos.

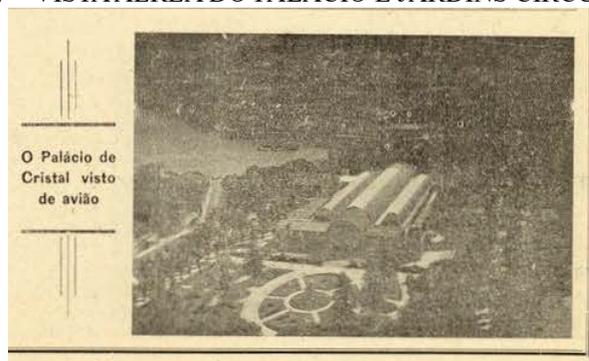
FIGURA 6 – FACHADA DO PALÁCIO DAS COLÔNIAS



FONTE: ULTRAMAR. Porto, n.10, 1934.

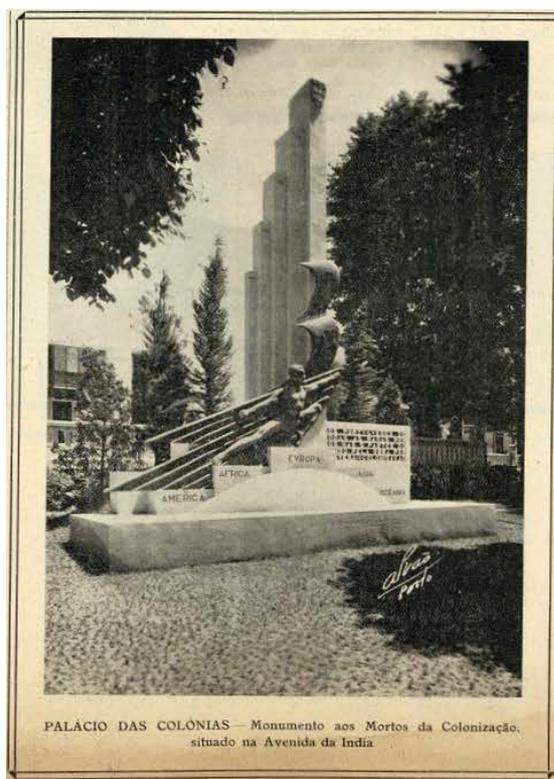
LEGENDA: Fachada do Palácio das Colônias, fruto de uma remodelação do simbólico Palácio de Cristal. Na porção esquerda do topo do edifício podemos observar a versão finalizada da estátua de elefante que o jornal já havia apresentado na primeira edição. Esta foto estava na capa da edição número dez do jornal Ultramar, lançada em comemoração à inauguração da Exposição do Porto de 1934.

FIGURA 7 – VISTA AÉREA DO PALÁCIO E JARDINS CIRCUNDANTES



FONTE: ULTRAMAR. Porto, n.02, 1934.

FIGURA 8 – MONUMENTO AOS MORTOS DA COLONIZAÇÃO



FONTE: ULTRAMAR. Porto, n.16, 1934.

LEGENDA: Um dos monumentos situados em frente ao Palácio das Colônias.

Segundo Henrique Galvão, somente se viajando para as colônias que poderia ocorrer um aprendizado “total” sobre a ação colonial e seus elementos. Mas para os impossibilitados desse tipo de viagem, a exposição possuía uma pedagogia acessível e nova, de um espetáculo que ensinava sobre as terras e povos do ultramar (THOMAZ, 2002, p.213). Sem sair do Porto, o visitante era levado por uma viagem pelo império. Mas enquanto esse processo espiritual era promovido, os visitantes também se alvoroçavam pelos indígenas. Até certa medida, os organizadores do evento se aproveitariam desse alvoroço (THOMAZ, 2002, p.212). Na edição número 10 do Jornal Ultramar, um artigo coloca a exposição como “[...] Um grande mundo em miniatura, a que se pode dar a volta sem sair do certame”. Logo em seguida, no mesmo artigo, se refere aos indígenas: “Os indígenas, atração maior, atração popular, por excelência, dão a nota exótica. Indumentárias estranhas ou a ausência de indumentárias... Costumes gentílicos com todo o rigor local. Todos os graus da civilização [...]” (ULTRAMAR. Porto, 1934, n.10).

Logo no início do evento os grandes painéis pintados pelo retratista Eduardo Malta buscavam representar um cosmopolitismo da nação, com pinturas em estilo realista e bastante coloridas de nativos da Índia, Macau, Timor e dos territórios na África (THOMAZ, 2002,

p.215). Em um dos painéis pode-se observar representado Mamadu Sissé, um dos guineenses mais famosos trazidos ao evento. Outros painéis carregavam um teor de propaganda mais evidente, fazendo sua parte na construção da aura imperialista. Um dos painéis mais famosos (figura 9), apresentava um mapa da Europa pintado de amarelo, com Portugal destacado em vermelho. Sobrepostas a esse mapa, as formas das colônias portuguesas cobriam grande parte do continente europeu. Uma frase colocada no topo da imagem lia: “Portugal não é um país pequeno” (SERRA, 2016, p.50). A mensagem do mapa parecia sugerir que apesar de Portugal sozinho ser pequeno em relação ao resto do continente, se fossem considerados os territórios ultramarinos como parte integral da nação, o que reitera o espírito imperial, os territórios totais de Portugal seriam muito maiores na Europa. A didática visual fomentava uma noção de que a vantagem territorial, na corrida colonial entre das potências, pertencia aos portugueses. O que se deixava de considerar era que as outras potências também tinham seus domínios em outros continentes, o que alteraria o resultado desse cálculo expansionista se todas as colônias de todos os países fossem incluídas. Porém, o que supostamente diferenciava Portugal das outras potências possuidoras de colônias, era que a relação lusa com as etnias não-brancas colonizadas era de aceitação e assimilação, criando uma mitologia de que o racismo pertencia as outras potências e no império luso seriam todos portugueses, independente da região onde nasceram. A construção desse espetáculo de união convencia o público do diferencial mais humanitário de Portugal (THOMAZ, 2002, p.229), mas enquanto essa narrativa se apresentava ao mundo o trabalho compulsório tornava miseráveis as condições de vida de nativos do ultramar.

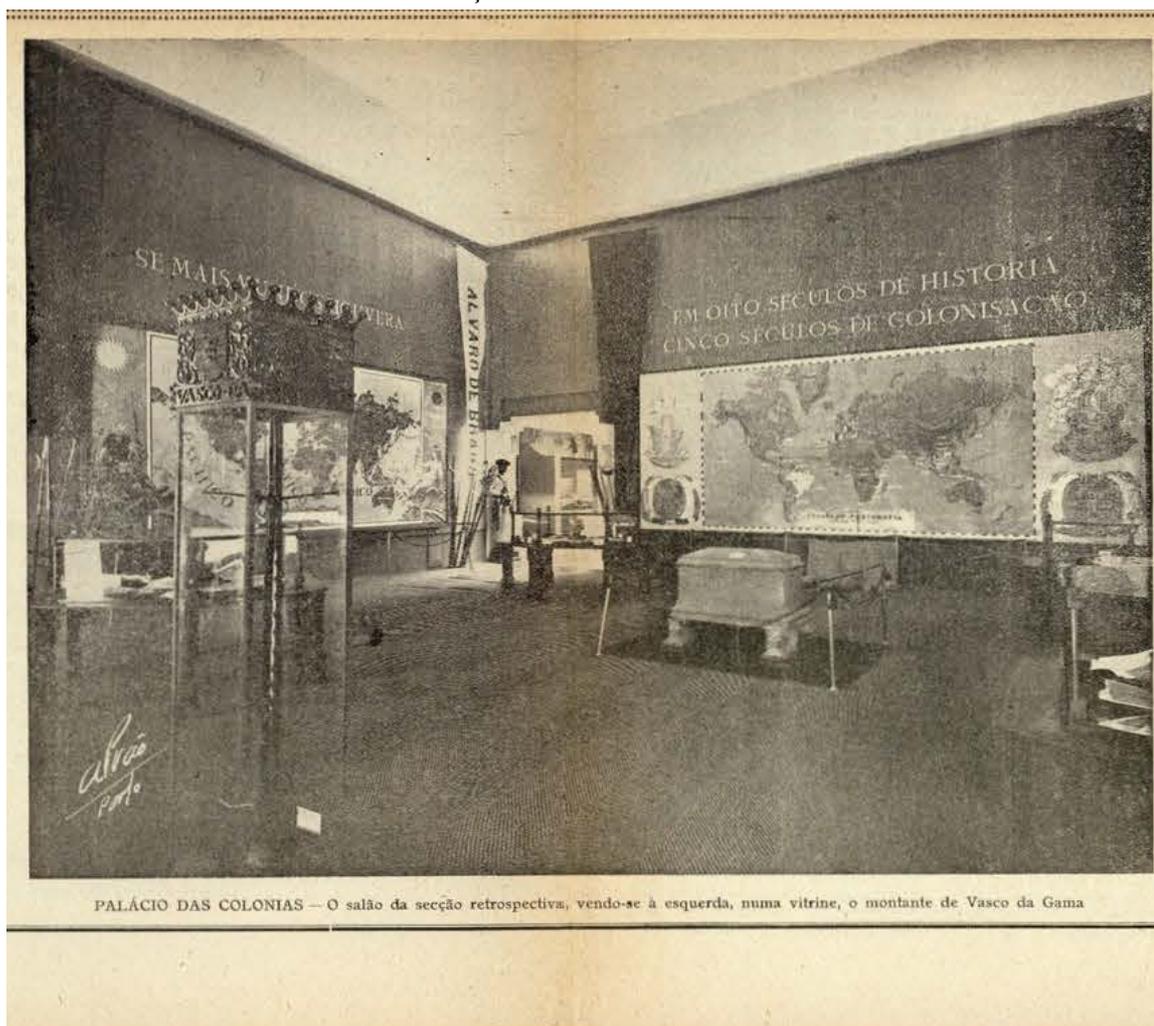
FIGURA 9 – MAPA “PORTUGAL NÃO É UM PAÍS PEQUENO”



FONTE: SERRA, 2016, p.50.

Outros cartazes e mapas trabalhavam com a duração temporal do império, como um mapa onde se lia “Em oito séculos de história, cinco de colonização”. Assim se desenvolvia o pavilhão dedicado à história da seção oficial, utilizando de várias fontes e cronologias para narrar o percurso da nação desde 1415 até o presente de 1934. Porém o período das grandes navegações era definido vagamente e as datas dos acontecimentos não significavam muito. O importante era evidenciar que os territórios portugueses seguiam um ritmo de expansão ao longo do tempo (THOMAZ, 2002, p.222). Ao fim do pavilhão histórico alcançava-se uma narrativa ambientada no século XX, que utilizava de manequins para comunicar sobre as obras portuguesas nas colônias, dividida em módulos como: povoamento europeu, ocupação e cultivo da terra, fundação de vilas e cidades, construção de estradas, assistência médica e espiritual ou instituições de crédito.

FIGURA 10 – SEÇÃO RETROSPECTIVA/HISTÓRICA



FONTE: ULTRAMAR, Porto, n.13, 1934.

FIGURA 11 – NAVE CENTRAL DO PALÁCIO DAS COLÔNIAS



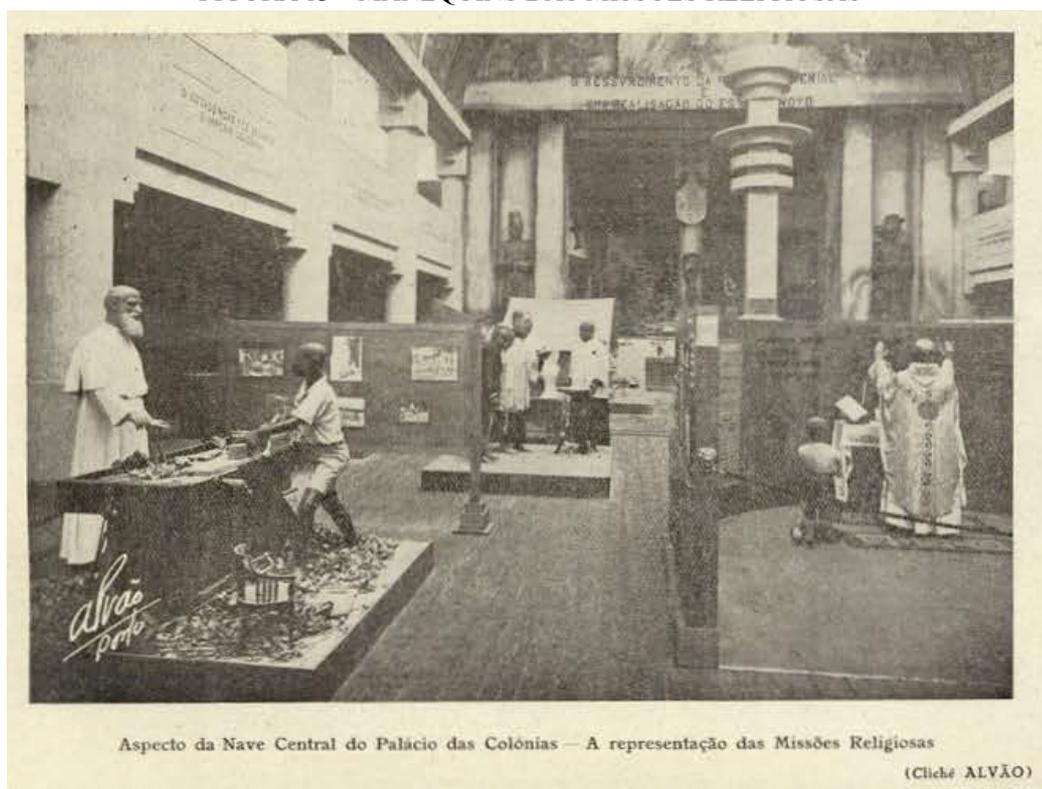
FONTE: ULTRAMAR. Porto, n.12, 1934.

FIGURA 12 – SEÇÃO DE ARTE INDÍGENA



FONTE: ULTRAMAR. Porto, n.13, 1934.

FIGURA 13 – MANEQUINS DAS MISSÕES RELIGIOSAS



FONTE: ULTRAMAR. Porto, n.12, 1934.

O destaque ficava para as políticas voltadas aos indígenas, que supostamente eram diferentes das políticas coloniais das outras potências. Portugal insistia na existência de um patrimônio cultural comum, definido pela língua portuguesa e pela fé católica, sob a qual futuramente todas as raças do império se uniriam. Nos módulos, momentos virtuosos eram retratados, como missionários e freiras ensinando afazeres domésticos ou rituais cristãos (THOMAZ, 2002, p.222). Tudo isso contribuía para a construção de uma justificativa moral ao colonizador, que salvaria a alma do colonizado ao transformá-lo em português por meio do trabalho, língua, cultura e fé cristã.

Dentro do Palácio das Colônias também havia uma seção do Instituto de Antropologia do Porto, com réplicas de cabeças de várias das etnias do império, colocadas em escala evolutiva, além de um mostruário do Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina do Porto que exibia crânios humanos reais, sendo alguns deles pertencentes a indivíduos que haviam revoltado contra Portugal em conflitos coloniais (ANTUNES, 2011, p.07). Num contexto como esse, a exposição dos crânios se passa por informativa, mas não deixa de fomentar uma lição sobre o destino dos inimigos do regime. Aqui podemos observar um exemplo de como a narrativa sobre o não-europeu poderia se assentar no uso da força, o que indica o tipo de conhecimento sendo criado pelo evento (SAID, 1990, p.50).

FIGURA 14 – CRÂNIOS REAIS E RÉPLICAS DE CABEÇAS



FONTE: ANTUNES, 2011, p.08.

Em uma das naves laterais do Palácio uma seção de arte indígena dava espaço de destaque à arte africana, que não costumava ser influente entre os artistas portugueses, mas foi utilizada pelo Estado Novo como propaganda da diversidade racial e cultural do império.

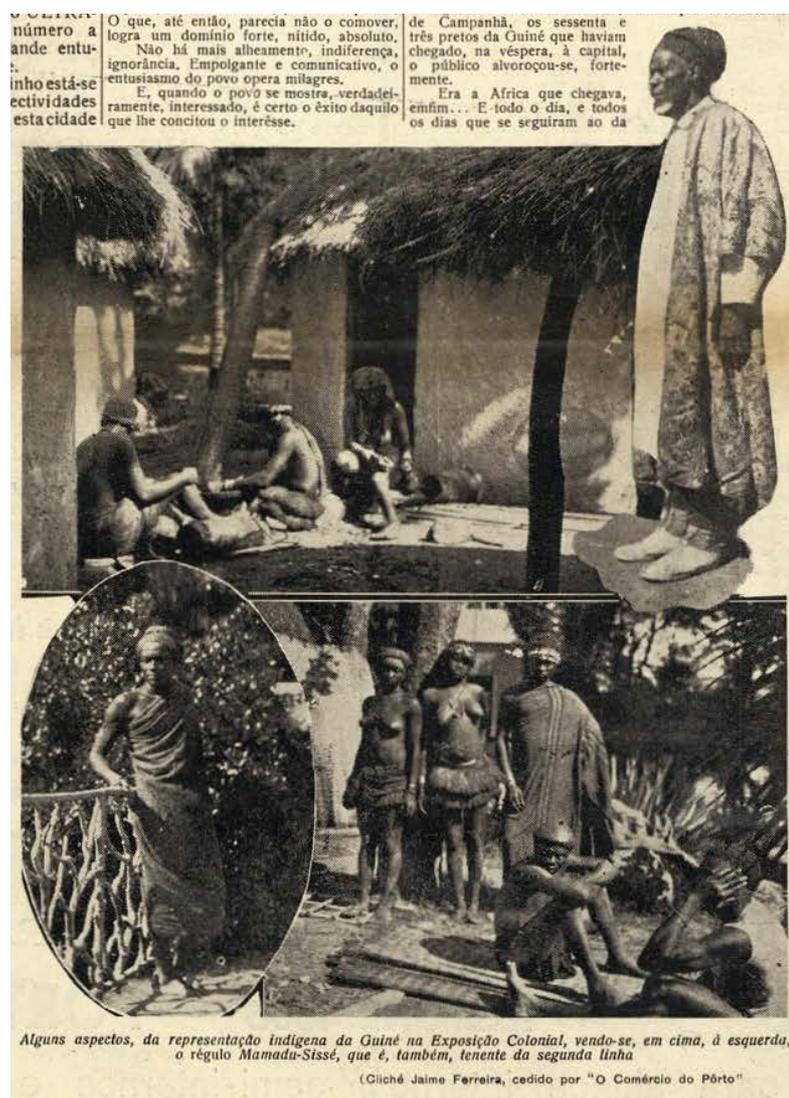
Nessas seções, a moral que se passava era a de uma colonização portuguesa contínua e ininterrupta, que desde o século XV apresentava novos mundos ao mundo (THOMAZ, 2002, p.224). Portugal estava ao centro de um processo de incorporação desses mundos exóticos à civilização ocidental e, como podemos observar pela didática até agora apresentada, também de um processo de classificação em padrões evolucionistas.

Quando se chegava aos pavilhões externos, a experiência do visitante se enchia de sons, cheiros e sentimentos (THOMAZ, 2002, p.217). As encenações etnográficas que eram as vilas indígenas estavam montadas nos jardins do Palácio e os nativos seguiam expostos com instruções de seguir suas práticas cotidianas, usos e costumes, emulando a realidade do ultramar (THOMAZ, 2002, p.226). Os pavilhões colocavam os indígenas à mostra, porém seriam os visitantes os protagonistas da história narrada (THOMAZ, 2002, p.217). A civilização portuguesa existia no presente, em contraste aos indígenas, presos no passado. Porém essa distinção torna-se frágil nos muitos casos de visitantes vindos de regiões rurais de Portugal, que também moravam em aldeias e não se enquadravam necessariamente ao padrão de civilização pregado (SERRA, 2016, p.50). A imagem dos povos do ultramar passava por um processo de orientalização nas vilas indígenas e, para o visitante, observador não-iniciado nas culturas dos nativos, as codificações dispostas se apresentavam como representações da verdade e facilmente aceitas. Esse processo de orientalização passava pelo julgamento dos

organizadores do evento, que agiam como arquitetos da verdade, e ignorava a verdade dos povos não-brancos em questão (SAID, 1990, p.77).

Alguns dos nativos se destacavam por seu nível de assimilação. Entre eles, o guineense Mamadu Sissé, que colaborou com os europeus nas guerras de ocupação, era colocado como um exemplo de assimilação bem-sucedida, um exemplo a ser seguido por outros indígenas. Chegou a ser representado em um dos painéis de Rodrigo Malta, de forma dignificada. Seu filho, Abdulai Sissé, portava-se de forma ainda mais europeizada que o pai, das vestimentas à língua. As facetas que interessavam ao regime estavam bem corporificadas: a colaboração e a assimilação (THOMAZ, 2002, p.226), além do gradualismo pregado pelo Ato Colonial.

FIGURA 15 – MAMADU SISSÉ E NATIVOS DE GUINÉ



FONTE: ULTRAMAR. Porto, n.08, 1934.

LEGENDA: No canto superior direito deste conjunto de imagens está Mamadu Sissé, nativo de Guiné tomado pela exposição como um exemplo modelo de assimilação bem-sucedida.

Os traços físicos dos nativos do ultramar também seriam evidenciados pela imprensa, como no caso dos cabo-verdianos que, em sua maioria mestiços, tinham a anatomia elogiada por seus traços mais finos em relação a outras etnias. A imprensa também alimentava um suposto desprezo com que os índianos e macaenses, vestidos em roupas sofisticadas, encaravam os indígenas seminus de outras colônias. Os pavilhões do oriente se colocavam como celebrações dos feitos do primeiro império português, com arquitetura bem trabalhada, representando as influências portuguesas nas construções do pavilhão de Goa, ou ricamente decorada e sofisticada no pavilhão chinês, onde também se apresentavam músicos de Macau. Porém, nos pavilhões do oriente a didática colonial ainda colocava os povos como pertencentes a um estágio inferior de evolução, de barbárie, ilustrando esse ponto com elementos culturais fora de contexto, como dançarinas do ventre e encantadores de serpente. Quanto aos timorenses, da Oceania, eram autênticos portugueses e bravos soldados (THOMAZ, 2002, p.227). Independente da etnia, quanto mais ocidentalizado fosse o povo, mais agradava ao observador. Seja na cultura ou na fisionomia, encontrava-se no indígena o que a sua etnia tinha de mais portuguesa e o elogio se desenvolvia a partir desse ponto.

O público, atraído pelo exótico, vivenciava com todos os seus sentidos as pessoas expostas vindas de outras regiões do mundo, mas essas pessoas também vivenciavam o público português de volta. É incerto o que pensavam os nativos do ultramar sobre o que viram na metrópole. Seus relatos a jornalistas geralmente eram de como Portugal era um lugar maravilhoso, mas temos de lembrar que o regime tinha uma forte censura aplicada a todos os meios de informação. Mesmo se os povos do ultramar falassem tudo o que pensavam sobre a metrópole, sem exercer autocensura, suas colocações poderiam ser censuradas nas diversas etapas posteriores, desde o jornalista que fazia a entrevistava, passando pelo editor e dono do jornal e por fim as instituições oficiais, de forma que suas opiniões dificilmente seriam conhecidas se se opusessem à Nação.

O alvoroço do público em relação aos nativos e seus corpos chegaram a preocupar a organização do evento e um aviso afixado na entrada do Palácio pedia aos visitantes que não praticassem atos que os diminuíssem aos olhos dos indígenas, para que o gentio leve de volta para sua terra só uma boa impressão, que dignifique a soberania portuguesa (THOMAZ, 2002, p.234). Enquanto isso, homens brancos se intrometiam com as mulheres negras, e mulheres brancas cercavam homens negros, em um misto de admiração e desejo que chegava a passar dos limites aceitos pela exposição. Dessa forma, além de modelar a cultura dos nativos do ultramar, o evento também modelava o comportamento dos visitantes, para que se

mantivesse a aparência de superioridade moral e material da metrópole (THOMAZ, 2002, p.235).

Apesar de colocados limites à interação do público frente aos indivíduos expostos, a sedução que esses povos provocavam na sociedade portuguesa da época, reprimida por rígidos costumes do estado e da igreja, era trabalhada como um atrativo. Uma das mulheres da Guiné, conhecida como Rosita, de etnia Balanta, foi apelidada pela imprensa como “vênus negra”. Sua sensualidade seria explorada repetidamente em imagens e, em muitas das suas fotos, seu olhar aparenta cansaço ou irritação (THOMAZ, 2002, p.236). A dominação é um elemento presente nas imagens e encenações das exposições coloniais, muito mais do que as industriais, que cultivavam um pensamento e uma estética de diferença, entre colonizador e indígena, com o vencedor glorificado e o vencido colocada à mostra para ser estudado. Essa prática busca camuflar sob um manto de festividade os conflitos raciais que aconteciam no ultramar, porém simultaneamente acaba por evidenciá-los.

Os corpos dos nativos estavam reproduzidos em pinturas, álbuns de fotos oficiais e cartões-postais, disponíveis inclusive para que jornais os utilizassem em grande número em seus periódicos. Artigos ilustrados com os cartões-postais de guineenses como Rosita encorajavam no público da metrópole um desejo de posse pelos corpos de mulheres, adultos e crianças, que eram colocados nas fotos como que à disposição para serem conquistados. As fotos dos postais eram de autoria de Domingos Alvão, profissional de visão nacionalista que ficou responsável, com exclusividade, pela cobertura fotográfica do evento, resultando de seu trabalho diversos álbuns oficiais. Sua técnica de aproveitamento da luz e a composição dos enquadramentos e poses em que colocava os modelos lhe renderam diversas medalhas ao longo de sua carreira (SERRA, 2016, p.51). Alvão costumava trabalhar em Portugal com as populações rurais do norte, fotografando camponesas e lhes instruindo na posição do corpo e na expressão facial que seriam ideais para sua foto. Todas as suas fotos eram planejadas e montadas, desde a escolha do lugar que serviria como plano de fundo, até a disposição e pose dos corpos. Domingos Alvão poderia gastar horas na produção de uma só fotografia. Quando via necessário, escolhia pessoas humildes para serem modelo de suas fotos, a troco de um salário, sendo instruídas na forma de se portar e se colocar em harmonia com o cenário pré-determinado. E como coloca em uma entrevista de 1913 que deu para o jornal “O Mundo”: “Estes modelos que me auxiliam são raparigas incultas, sem educação, tão rudes como rude é o seu trabalho. Conseguir delas uma expressão delicada, um olhar inteligente e vivo, um sorriso galante, a natural colocação de braços, representa quase um milagre”. Podemos ver como o trabalho com o corpo dos modelos já não se dava como uma captura de um momento

espontâneo e de uma atividade normal. Ocorria uma domesticação do corpo para a foto, construído na posição e no olhar para que se enquadrasse em uma falsa ideia de naturalidade, definida por Alvão. No processo de tornar a imagem mais “real”, afastava-se da realidade do que era fotografado (SERRA, 2016, p.52).

Se esse processo já se dava com camponesas brancas da metrópole, é de se imaginar como se deu a aplicação dessa prática na cobertura fotográfica dos corpos colonizados da Exposição Colonial. Os corpos negros dos modelos escolhidos seriam desviados de sua naturalidade, que já não era europeia, para algo duplamente distante do que lhes era espontâneo: passando uma vez pelo filtro do fotógrafo que domina e controla o corpo de seus modelos e outra vez pelo filtro do europeu que domina e controla o corpo do indígena. Podemos identificar no contexto do evento que não se desejava uma criação de identidade partindo dos não-europeus. Se isso se desse por seus próprios esforços, negariam a estruturação orientalista de identidades inerente à Exposição (SAID, 1990, p.50).

É importante considerar o fato de que eram frequentes as mortes entre indivíduos trazidos das colônias para as mostras. Na Exposição do Porto, faleceu um guineense conhecido como Papé, sem que se soubesse as causas de sua morte, apesar de se supor que o clima do Porto e suas mudanças súbitas de temperatura tenham tido influência na saúde de Papé. Um enterro foi organizado ao “preto atlético dos bijagós” (que mesmo não estando mais presente ainda tinha o corpo classificado de alguma forma), da qual participaram tanto africanos quanto portugueses. Até este episódio fúnebre serviu à propaganda do regime, que encontrou no choro da população branca à morte de um português negro um elemento de grandeza, em que seria concedido a Papé, um homem “sem história”, um lugar na história de Portugal (THOMAZ, 2002, p.232).

Nos padrões de exposições anteriores, os pavilhões da Exposição Colonial de 1934 seguiam uma lógica temporal e espacial para construir sua didática. Sem precisar sair do Porto, o visitante viaja por todos os pontos do império, numa continuidade espacial imaginária e contínua que não existia na realidade, pois as colônias eram dispersas pelo mundo. Além da geografia, os pavilhões também misturavam épocas diferentes, significativas para a construção de uma narrativa do império, e nessas épocas pretéritas se localizavam supostamente as civilizações não-europeias, selvagens e bárbaros. Tudo se colocava em referência à história de Portugal e seria dever dos colonizadores retirar os indígenas do passado e os integrar na marcha da história (THOMAZ, 2002, p.228), negando dessa forma qualquer possibilidade de agência histórica aos povos não-ocidentais. Na prática orientalista, a gênese do conhecimento sobre o oriente (e demais regiões não-europeias) se dá enquanto

contido em estruturas de dominação que colocam o objeto de estudo em foco de análise, julgamento, disciplinamento e, por fim, exibição (SAID, 1990, p.51).

Mesmo após vivenciar toda a exposição, não era garantido que o visitante aprenderia qualquer coisa que a didática planejada propunha (SERRA, 2016, p.51). Não se fomentava nenhuma organicidade nas interações entre os brancos e não-brancos, mas sempre existia margem para o assédio dos povos expostos, que até certa medida era encorajada pela forma com que seus corpos eram constantemente representados. Em uma entrevista concedida por Henrique Galvão em 1936, este coloca como os visitantes iam “em ar de festa, com o mesmo espírito que vão ao arraial e ao teatro, aos touros e ao futebol. Diziam alguns: ‘vamos ver os pretos!’” (THOMAZ, 2002, p.212). A exposição era uma festa antes de qualquer coisa. O exótico era reforçado para dar profundidade a um suposto cosmopolitismo do império, e os tempos históricos eram eurocêntricos e considerados de forma teleológica ao formato imperial, que seria a realização última da nação. Todos os povos presentes eram portugueses, compartilhando uma mesma identidade, mas sem que isso implicasse igualdade como pessoas, ou igualdade de direitos. O Ato Colonial de 1930 havia firmado uma hierarquia, e a Exposição do Porto a reafirmava (THOMAZ, 2002, p.230).

Assim como houve uma cerimônia de abertura, o encerramento também foi celebrado. No dia 30 de setembro de 1934, um cortejo com carros alegóricos e temáticos da obra civilizatória, acompanhados de soldados com vestimentas históricas de tempos simbólicos, encerrou a I Exposição Colonial do Porto desfilando pelas ruas da cidade. Da mesma forma que a exposição existiu, ela se encerrou: combinando os cinco sentidos do público, para lhe colocar em uma viagem através de um tempo anacrônico, que é pontuado no presente com o império português do Estado Novo e toda sua grandeza (THOMAZ, 2002, p.237).

FIGURA 16 – AS CONSTRUÇÕES E OS CORPOS NA EXPOSIÇÃO



FONTE: ULTRAMAR. Porto, n.10, 1934.

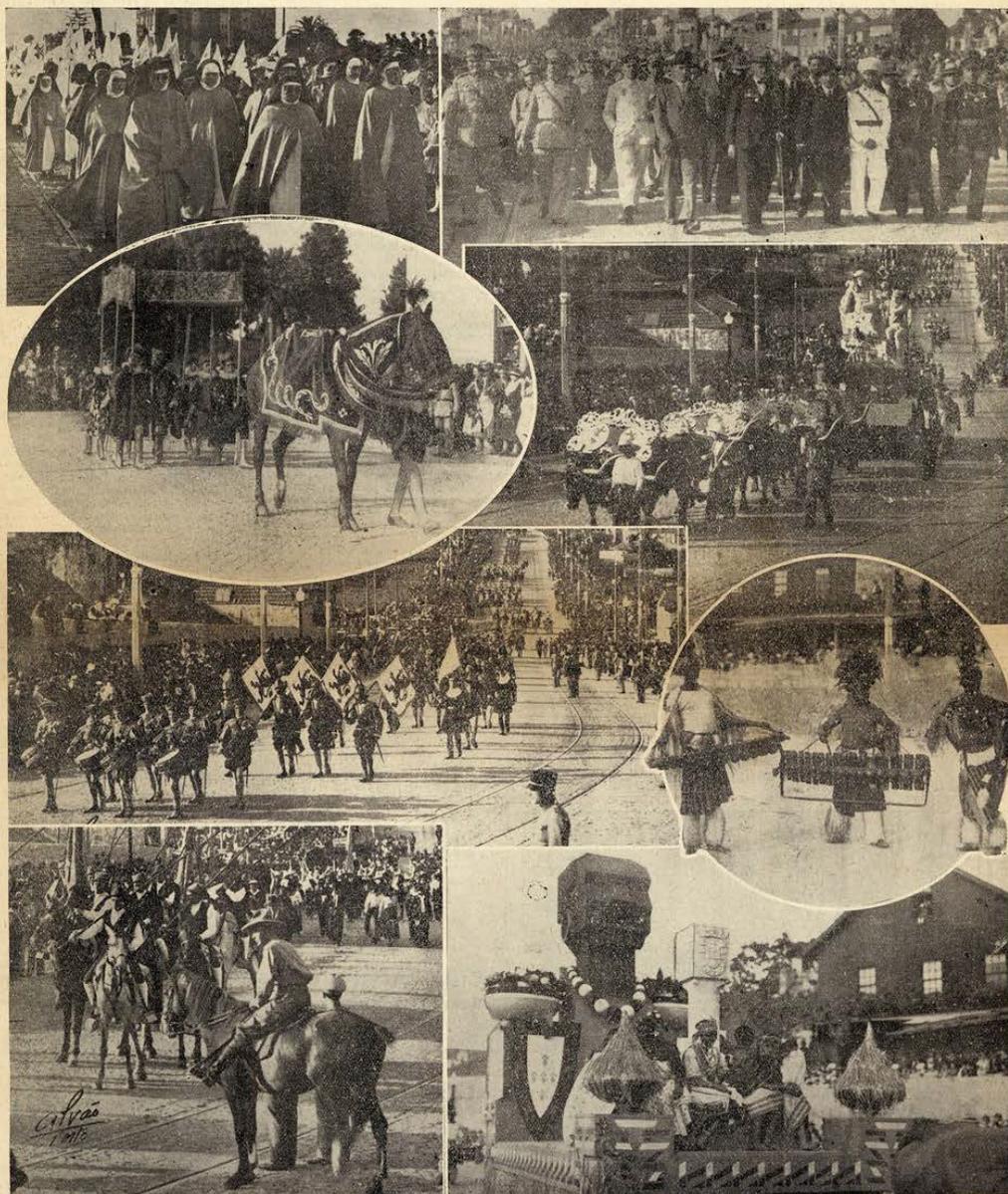
LEGENDA: Última página do número comemorativo da inauguração da Exposição do Porto. Podemos observar as réplicas de construções históricas, assim como as vilas indígenas de Guiné e Timor. Também exemplos de indivíduos em exibição nessas vilas, como Rosinha, no canto inferior esquerdo, cuja foto é assinada por Domingos Alvão. Conhecendo os métodos de Alvão de manipulação dos seus modelos, a pose em que Rosinha se encontra ganha outra camada de significado. A sensualidade que é forçada à “Vênus negra” a desloca do que seria naturalmente a sua posição e sua relação com a nudez.

FIGURA 17 – CORTEJO DE ENCERRAMENTO DA EXPOSIÇÃO

8

Ultramár

O grandioso cortejo alegórico efectuado no Pôrto para encerramento da I Exposição Colonial Portuguesa



Vários aspectos dessa notável jornada de fé e vibração patrióticas. — Em cima, Irmãs Missionárias e Combatentes das campanhas das Colónias. — A seguir, D. João de Castro conduzido sob o pálio e o carro da cidade do Pôrto. — A frente do cortejo com figuração histórica. — No disco, Tocadores de marimbas. — Campinos do Ribatejo, junto do sr. capitão Henrique Galvão, que concebeu, organizou e dirigiu o cortejo. — O carro dedicado à Província de Angola.

(Fotos ALVÃO)

3.3. O Jornal Ultramar, publicação oficial da exposição de 1934

A Exposição Colonial do Porto possuía uma publicação oficial, o “Jornal Ultramar”, já citado anteriormente. Era uma publicação ligada ao evento, tanto fisicamente quanto ideologicamente, o que a torna um tanto diferente em relação a outros periódicos da época. Portugal já havia, desde o século XIX, iniciado uma nova fase de jornalismo industrial, quando empresários reconheceram que publicações informativas factuais vendiam mais do que publicações estritamente de opinião política, prática que já acontecia em outros países. Na recém-adquirida visão empresarial da comunicação, o empreendimento possibilitaria o lucro por meio das vendas dos números e da publicidade. Os jornalistas se profissionalizariam, os periódicos se multiplicaram e as tiragens de jornais se tornaram cada vez maiores (SOUZA, 2008, p.17), principalmente nas décadas de 1910 e 1920, em que a participação de Portugal na I Guerra ocasionou um interesse do povo por periódicos informativos (SOUZA, 2008, p.31).

No total foram 18 números, publicados quinzenalmente, com o início da publicação em 1º de fevereiro e o último número em 15 de outubro de 1934. Podemos observar pelas datas que a publicação começaria muito antes da abertura da exposição, que só seria no dia 15 de junho e continuaria por mais duas semanas depois do encerramento, no dia 30 de setembro. A redação e a administração estavam sediadas no interior do Palácio das Colônias, imersas em todo processo de organização e construção que levaria a exposição ao formato final. No Ultramar número quatro, de 15 de março, a página três apresenta uma nota que ilustra brevemente a organização espacial: “Está a ser instalado no antigo escritório da Sociedade Proprietária do Palácio de Cristal o gabinete da Direção da Exposição, ficando-lhe contíguo o gabinete dos serviços da Imprensa e do jornal ULTRAMAR, órgão oficial da Exposição”. Porém o jornal era montado em outro local do Porto, na Rua Formosa, onde a Imprensa Portuguesa fazia a composição e a impressão, que geralmente alcançava dez mil exemplares por tiragem.

O jornal era distribuído em numerosos locais, tanto na metrópole quanto nas colônias, como fica colocado em negrito no canto da página em diversos números do Ultramar (Porto, 1934): “ULTRAMAR é largamente distribuído pelas Colônias, consulados e casas de Portugal no estrangeiro, centros de turismo, estabelecimentos de cultura e ensino oficiais e particulares, associações comerciais, agremiações, organismos coloniais, etc”. Podemos concluir que além dos que naturalmente se interessavam pelo tema colonial e dos visitantes da Exposição, ainda uma grande quantidade de indivíduos deve ter tido acesso à publicação por acaso, em vista da sua ampla disponibilidade. O preço do jornal era de 50 centavos, mas existia a possibilidade de um pagamento adiantado de seis escudos para adquirir os doze números na totalidade.

O formato do jornal era de oito páginas para praticamente todos os números, com exceção do número dez, de 15 de junho, que tinha o dobro de páginas por coincidir com a data de abertura do evento. A formatação do texto geralmente se dava em quatro colunas, que variavam de tamanho para se encaixar com outras informações presentes na página, como fotos ou propagandas. Os artigos em colunas muitas vezes continuam por mais de uma página, ou avançam em outras colunas da mesma página, o que pode causar confusão e atrapalhar o fluxo de leitura. Enquanto muitos artigos são assinados, vários não possuem nenhum tipo de indicação de autoria. As figuras 19 e 20 apresentam um modelo da diagramação do jornal.

As páginas impressas com ilustrações eram bastante comuns, de desenhos a fotos monocromáticas. Nos anos de 1930 já era bem estabelecido o uso de fotografias em periódicos portugueses, sendo que essa prática já se dava desde o final do século XIX (SOUZA, 2008, p.28). No contexto pós golpe de 1926 e instauração do Estado Novo em 1933, a fotografia viria a se tornar um significativo meio de documentação do poder do estado, assim como aconteceria em outras ditaduras de extrema-direita europeias como na Espanha, Itália e Alemanha (SOUZA, 2008, p.36). O jornal Ultramar está carregado de fotografias de figuras públicas, como Oliveira Salazar ou Armindo Monteiro, que visitavam em grande número e com grande frequência a exposição desde o período de construção. Outro tema bastante presente é o dos corpos na exposição, como as fotos tiradas por Domingos Alvão. Na edição especial de comemoração da abertura da exposição, número dez, uma maior quantidade de fotos é publicada, apresentando diversas facetas do evento.

Todos os números tinham em sua primeira página o mesmo cabeçalho, apresentando o nome do jornal, Ultramar, em uma fonte geométrica e alongada, que sugere influências de Arte Decô. Porém também são frequentes elementos mais conservadores, como um grande brasão ilustrado ao lado do título no cabeçalho. Ao longo das páginas do jornal essas influências estéticas conservadores e modernistas compartilham espaço, em ilustrações e detalhes diversos.

O jornal era dirigido pelo anteriormente citado Diretor-Geral da Exposição, Henrique Galvão, que já possuía experiência em outros jornais e eventos. Jornalistas costumavam trabalhar em órgãos diferentes de comunicação social, como forma de adquirirem alguma vantagem e desenvolverem sua carreira profissional (SOUZA, 2008, p.25). O editor era Eduardo Lopes. Seu corpo redatorial era constituído por Hugo Rocha, Mário Figueiredo e João Mimoso Moreira, sendo que Figueiredo era chefe dos serviços de imprensa da Exposição, e Moreira era Diretor Adjunto da Exposição do Porto e chefe da Divisão de

Propaganda da Agência Geral das Colônias. Além dos redatores fixos, o jornal Ultramar publicou textos de mais de quarenta colaboradores, entre eles o antropólogo Mendes Corrêa e o agente geral Júlio Garcez de Lencastre (MESQUITA, 2014, p.01). Enquanto o jornalismo industrial em Portugal se desenvolve, podemos observar uma hierarquização das posições profissionais (entre diretor, redator, etc.) e o Ultramar já adotava esse tipo de organização interna (SOUZA, 2008, p.24).

FIGURA 18 – CABEÇALHO DO JORNAL ULTRAMAR



FONTE: ULTRAMAR. Porto, n.01, 1934.

FIGURA 19 – PUBLICIDADES DA EXPOSIÇÃO



FONTE: ULTRAMAR. Porto, n.07, 1934.

LEGENDA: Exemplos de publicidade do evento. No cartaz da direita, podemos observar novamente o uso da figura de um elefante como símbolo da exposição

4 Ultramar

EN LA CIUDAD DEL DUERO

EXPOSICION COLONIAL PORTUGUESA

Se celebrará de junio a septiembre próximos

La vecina República portuguesa, el país que inició los descubrimientos por que tuvo el plantel de navegantes más audaces que se ha conocido, la nación que mandó sus hombres a través de los mares tenebrosos, a buscar nuevas tierras a todos los rumbos de la bitácora, organiza activamente una Exposición Colonial que se celebrará, desde junio a septiembre próximos, en Oporto.

Inútil es decir la grandeza que esa Exposición ha de obtener, porque el imperio colonial de Lusitania es de una extensión formidable y abarca todos los continentes, lo que implica que la proyectada Exposición ha de tener unos contornos extraordinarios y ha de presentar unos horizontes de estudio magníficos a la vez que un cúmulo de sugestiones insuperables.

Portugal, que ha sabido colonizar las tierras descubiertas y que a través de los vaivenes de la política internacional, a lo largo de los siglos, ha sabido mantener íntegras sus vastísimas colonias, quiere ahora mostrar a las gentes de todas las naciones su organización colonial y sus métodos colonistas, realmente originales y de un rendimiento superlativo.

Y para ello, Portugal prepara en la noble y antigua ciudad de Oporto, en la segunda población del país, que es a la vez centro de una zona de turismo en realidad admirable, esa magna Exposición Colonial.

Oporto, pueblo que quiere a Vigo fraternalmente, cariño al que Vigo corresponde, será, con motivo de la Exposición Colonial Lusitana, desde junio a septiembre próximos foco de atracción para innumerables gentes que acudirán de todas partes a admirar las magnificencias del gran imperio colonial portugués, cuyo índice será la Exposición en cuya preparación se viene trabajando activamente desde hace unos meses.

(Do Faro de Vigo, de 9 do corrente).

Timorenses na Exposição

pelo Prof. Dr. Mendes Corrêa

Anuncia-se a vinda de alguns indígenas de Timor à Exposição Colonial do Porto. Ficarão essas paragens remotas do nosso Império representadas na série de tipos antropológicos coloniais que ali se reunirão, num criterioso intuito de pôr bem em evidência a heterogeneidade dos elementos étnicos com que temos a contar nos nossos domínios de além-mar.

De-certo toda essa parada de raças me interessa como antropologista, e aguardo com vivo empenho a oportunidade de nela proceder a estudos, análogamente ao que foi feito, por exemplo, por Deniker & Laloy numa Exposição de Paris, a que concorreram indígenas de várias regiões do globo. Mas os timorenses terão um lugar muito especial nestes estudos, porque, ao contrário do que sucede com indígenas das nossas colónias da África e da Ásia, de que já tive ensejo de examinar directamente vários espécimes, não me foi dada até hoje a satisfação de observar mais do que, há poucos meses, um só timorense. Forneceu-me a oportunidade para esta observação singular, o meu antigo discípulo e chefe dos serviços de saúde de Timor, dr. Abel Tavares, que, sabendo da estada no Porto dum nativo timorense, obteve d'este a aquiescência para esse exame.

Ora a Antropologia de Timor tinha já sido objecto de estudos meus, porém indirectamente, sobre os registos inéditos de 107 observações efectuadas nas regiões timorenses de Okussi e Ambeno pelo falecido antropólogo Fonseca Cardoso, registos que este investigador não chegara a coordenar. Desacompanhadas de fotografias ou mesmo de impressões sintéticas pessoais sobre a população considerada, tive de basear as minhas conclusões etnológicas, apenas, nas estatísticas que organizei sobre as observações individuais dos caracteres descritivos e métricos considerados. Claro está, que procurei numa escassa bibliografia nacional e estrangeira sobre os indígenas de Timor ou sobre populações afins doutras paragens da Australásia, necessários elementos de confronto. Foi sobretudo importante o subsídio que, para com-

parações, encontrei nos estudos, então ainda em publicação, do meu saudável colega e amigo, o eminente antropologista holandês, dr. Herman ten Kate que observou 41 indígenas da parte holandesa da ilha e apenas 9 *Ema-belu* (*Belu* significa aliado, amigo) da região portuguesa.

Menor foi o auxílio que recebi do estudo, aliás rigoroso nos métodos de observação, do prof. Barros e Cunha sobre uma série de crânios de Timor, existente em Coimbra: é que, segundo Leite de Magalhães, só providencialmente essa série será, na totalidade, de crânios timorenses, pois foram os crânios recolhidos numa árvore sagrada do reino de Cová, constituindo restos trágicos da coluna do capitão Câmara, massacrada em Fatumian e da qual faziam parte timorenses, africanos, índios e portugueses. De passagem, notemos que os crânios de Timor existentes nos nossos Museus apresentam, quasi todos, amplas perdas de substância óssea na região basililar. E' que pertenceram em geral a prisioneiros de guerra cujas cabeças teriam sido decepadas pelos indígenas vitoriosos. No seu belo estudo sobre a etnologia timorense, apresentado em 1919 à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, o sr. Leite de Magalhães incluiu a fotografia duma cerimónia ritual em Liquiçá, perante três cabeças de inimigos mortos em combate. Recordo-me ainda da narração que o ilustre militar e colonial me fez um dia da grandeza wagneriana do canto do *lorçá*, canto guerreiro com que os indígenas antecedem as suas expedições e que (sabido que a luta é sem quartel) assume, nas sombras da noite, vindo do seio das florestas, um tom solene e impressionante de tragédia.

Mais pormenores darei oportunamente sobre estes costumes guerreiros de Timor, e, a propósito de Ten Kate, há pouco citado, não deixarei também de mais uma vez evocar a sua existência nómada de estudioso, ligado no Japão ao nosso Wenceslau de Moraes por uma amizade de que já há tempos tratei em monografia especial.

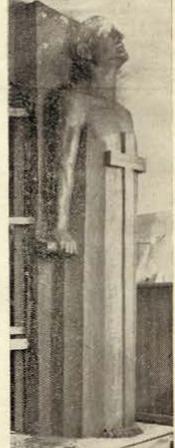
Mas volvamos à antropologia de

Timor. A-pesar de não dispor de outros elementos além dos registos de Cardoso e dos escassos materiais de comparação a que aliud, pude elaborar dois trabalhos em 1916 sobre aquele assunto. Ora, além de várias conclusões que, pelo seu carácter especializado, não cabe sequer enunciar num breve artigo de vulgarização como o que estou escrevendo, emiti a de que o timorense médio de Okussi e Ambeno se devia parecer muito, fisicamente, com o *baták* (indonésios de Sumatra) de que o grande De Quatrefages deu um bom retrato na *Histoire Générale des Races Humaines*. Pois tive a satisfação de ver esta aproximação expressamente confirmada pelo ilustre etnólogo sr. Leite de Magalhães, que esteve muitos anos em Timor e a quem surpreendeu naturalmente que sem fotografias de timorenses eu tivesse podido chegar a um tal resultado. Este só mostra que os métodos antropométricos e descritivos usados no estudo somatológico das raças tem de facto, um valor prático, que alguns injustificadamente lhes recusam.

Bemvindos sejam, entretanto, ao Porto os *Ema-Belu* que nos visitarão durante a Exposição próxima. Além do alto significado político de solidariedade cordial que possui este concurso, na metrópole, de representantes das diferentes raças coloniais, éle vai ter um interesse de divulgação, no nosso público, das virtualidades étnicas da população do Portugal de além oceano, mas terá ainda o interesse científico a que nos referimos. Embora seja de lamentar que não haja possibilidade de se efectuar uma representação ainda mais numerosa, congratulemos-nos, porém, desde já com uma iniciativa cuja utilidade é manifesta, sob os vários aspectos indicados.

A. A. MENDES CORRÊA,
Director do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.

EM LOURENÇO MARQUES:
Mercado de mangas

FONTE: ULTRAMAR. Porto, n.03, 1934.

LEGENDA: Esta página (e a seguinte, número cinco) ilustram elementos regulares da publicação: artigos em outras línguas, colaborações escritas por figuras influentes (nesse caso, Mendes Corrêa), ilustrações de cenários coloniais (a capital de Moçambique, Lourenço Marques), fotos da construção do evento (um dos seis corpos formadores do Monumento ao Esforço Colonizador Português, que se localizaria em frente ao Palácio de Cristal, o "missionário").

Ultramamar 5



Escultura duma negra, ainda não concluída, que o artista Rui Leal está a modelar, a primor. Desfilou-se a figurar no conjunto alérgico, que vai ser colocado no palco da Nave do Palácio, representando uma visão futura do Império Colonial Português

UM IMPÉRIO COLONIAL

representa a Alma e a Vida dum Povo

II

Aos séculos esplendorosos seguiram-se séculos decadentes neste nosso Portugal em que a corrupção passava cêlere do coração para o espirito e dêste para as obras. Vieram os escândalos, os abandonos, as insolências e os desafetos habilmente explorados pelos que se engrandeciam à custa dêste Portugal desalecido, sem curar dos descuidos criminosos e das incertezas políticas e deixando-se expropriar sem um arremedo de reacção.

Mas, como em todas as coisas, tudo teve um fim e, pode dizer-se, um remate chegando-se à conclusão que somos uma Nação essencialmente *marítima e colonial*, e, para não se perder o vasto império ultramarino precisávamos, quanto antes, possuir uma boa e organizada e disciplinada marinha de guerra. Conservado esse império, conservaríamos a independência e elevaríamos, bem alto, a dignidade da Pátria. Daí a epopeia militar africana que conta o seu martirólogo e o criamos uma espécie de culto em torno dêses mártires que conquistaram a terra, a dominaram e a civilizaram com o esforço indomito da gente portuguesa.

As províncias ultramarinas são um belo património. Elas produzem muitas das matérias primas necessárias às indústrias europeias e tem alta cotação nos seus mercados. Além disso, representam forças novas continuando uma civilização que precisamos salvar a todo o custo dum possível pan-morfolgismo aterrador e absorvente.

Deste o ano de 1914 sentimos o efeito terrível das tempestades que desencadearam os grandes acontecimentos nesta epiléptica Europa e, na história do nosso país vemos

que, nem sempre, cuidamos dos seus interesses, com devotado zelo, principalmente nas diferentes fases da nossa existência colonial. Subjugados pelo leão castelhano sofremos as arremetidas dos seus adversários e perdemos os imensos recursos que, um extenso império, mal consolidado, nos subministrava. Deixamos tudo à revelia e sem termos dêses belos sonhos que implicavam uma regeneração social, — que se impunha, — para num esforço sobrehumano conseguir-se e reservar-se uma boa parte desse património. E, assim, deixamos a outros a tarefa de expansão colonizadora e por isso, perdemos o Brasil.

Tudo descuramos e colocamos na sombra uma verdadeira política colonial que nos daria uma maior e benéfica influência na Europa e, talvez, não ficássemos sem Olivença... Entretanto, na África acentuava-se o espirito português e sem o Brasil fomos seguindo o nosso destino de pioneiros da civilização ocidental, desbravando florestas, lutando com os rios caudalosos e os plantanos traiçoeiros, dominando o gentio rebelde e, por vezes, instigado contra a nossa administração. Abrimos estradas, criamos núcleos de gente europeia e lutando, lutando sempre, chegamos a mostrar às nações, as mais ricas e opulentas, fortes pelos seus exércitos e pelas suas esquadras poderosas, o que fazia Portugal com chavecos e os peitos fortes dos seus soldados e marinheiros consolidando o seu poder e autoridade em regiões longínquas e insalubres, ricas e cubiladas.

O que hoje caracteriza as Nações coloniais é o seu largo desenvolvimento, principalmente, nas instituições liberais, a mais

ragrada descentralização da sua complexa máquina administrativa, o profundo respeito pelas regalias e o acatamento pelos preceitos da lei e tudo isso temos realizado, com um programa nacional, «paramente português» e, sobre tudo, com uma actividade indomável, um esforço inteligente e uma perseverança incontestável dos portugueses do ultramar. E, dêste modo, todas essas províncias de além-mar são, no concreto europeu, as imagens consoladoras dos benefícios que à Humanidade poderá trazer uma civilização toda ela portuguesa, sem êsse desagradável vinco de mercantilismo excessivo, mas uma civilização mais humana, toda paz e, bem aproveitada, mostrará ao Mundo egoísta, as virtudes e dotes dum Povo sofrido e trabalhador, cada vez mais moralizado e integrado na sua missão histórica, dando uma profunda lição do quanto pode uma profícua actividade bem organizada, do trabalho indígena tendo ao seu lado uma pequena legião de operários que levaram consigo o ancio de contribuírem para essa expansão colonizadora. Os principais elementos, constituídos por um trabalho honesto, assíduo e inteligente, e pela escrupulosidade em amarrarem o seu peitote, a fim de possuírem um lar desafogado e uma família bem alimentada que possa perpetuar a sua Raça digna do maior respeito, eis o que se está fazendo no Portugal colonial.

Tudo isso representa uma eloquente lição para o nosso alento e podemos indicar ao Mundo, com orgulho, uma Nação pequena, mas grandiosa pelos seus feitos, pelas suas tradições históricas e, até, pelos seus êrros e sofrimentos.

Hoje, os seus habitantes europeus procuram, nessas regiões, tornar-se respeitáveis pelo seu trabalho, pelo seu esforço e pela sua iniciativa e, portanto, exigem uma maior atenção às suas necessidades comerciais e desenvolvimento no «hinterland» por meio de estradas de rodagem e ferro-viárias, navegação fluvial, portos marítimos que auxiliem o tráfico ligando os nossos agrupamentos coloniais e núcleos agrícolas ou industriais com outros países e com as regiões produtoras e consumidoras das colónias vizinhas. Muito já está feito e há um programa que se cumpre rigorosamente no intuito de atender às necessidades que nos impõe o progresso dessas nossas províncias.

Ao mesmo tempo, indica-se a conveniência duma ocupação regular, efectiva e intensa, metódica, por elementos rurais europeus, principalmente, portugueses, que serão novos bandeirantes, herdeiros do respeito alheio, e os quais defenderiam a nossa soberania nos mais recônditos lugares dessas províncias, prolongamento dum Portugal requegado e desejoso em ser forte.

Em vários meios intelectuais preconiza-se um sistema de compensações com o estabelecimento de novas correntes migratórias estrangeiras, mas deve-se atender que só nos conviriam as que enletrassem numa pura latimidade, sem pensamentos reservados e de fé católica, pois, uma amálgama de raças de diferentes costumes e religiões são um verdadeiro perigo étnico e político. Ao mesmo tempo há a pensar numa justa defesa económica perante a invasão de mercadorias de proveniência estrangeira e as quais sufocariam, logo de nascença, todas as iniciativas locais e criariam dificuldades de difícil solução.

O português ultramarino já tem uma sagacidade penetrante, uma actividade incansável, sem desânimos que pervertem e sem essa estúpida intolerância bárbara doutros tempos e épocas. Ele é um útil agente de civilização, mas de civilização latina, a única que convém às plagas africanas portuguesas e onde existe uma cooperação estrangeira, tão profícua à raça portuguesa, empreendedora, rica de esforços e energias, sem êsse

Queridos hermanos:

Dentro de cuatro meses Oporto demostrará á los ojos del mundo la bella obra colonizadora de Portugal, en una exposición que promete ser la síntesis de la actividad e influencia de que disponen vuestros hermanos daquende el Miño.

Portugal mostrará que siendo, aún hoy, la tercera potencia colonial, tiene derecho al respecto de la política mundial, y a que admiren el alma de su pueblo, pequeño en área y población, pero grande, entre los grandes, por su historial, y que tiene, bien apretadas al corazón, sus colonias, hijas de su sangre, y que le dán así la unidad de su imperio, en la mejor de las armonías.

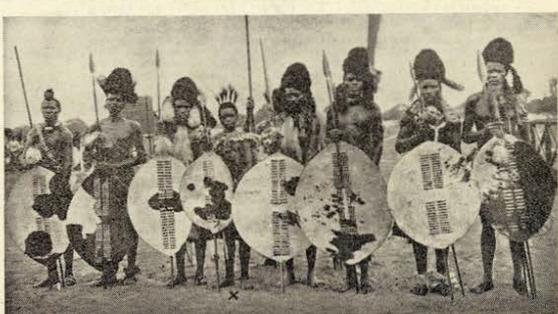
En ese grande certamen, en donde se va patentear la obra de la penetración pacífica de los portugueses, apareceran los *fulas* de Guinea, los *forros* de San Tomé y Príncipe, las *mornas* de Cabo Verde, la tropa negra de Ang-ola, con los misioneros que han sido los principales civilizadores, la masa colonial de la cubizada Mozambique, los representantes del pueblo de que Alfonso de Albuquerque y Juan de Castro eran ídolos en era alejada India, los oriundos de Macao y Timor que patentearán los lazos que los une a este Portugal tan noble y tan vuestro hermano.

Aquí tendreis, hermanos, la ocasión de ver las *sanzalas, quissanjes* y los *bataques*, con paisaje proprio, los usos y costumbres de esas gentes exquisitas y pinturescas, sus habitaciones gentílicas, sus cuerpos de color, sus indumentarias atrayentes, sus danzas tradicionales, sus cantos favoritos, rodeadas de palmeras, en donde no faltaran las fieras de los tropicos, ni la nota viva de la vida indígena de un mundo conquistado ó descubierta por los primeros navegantes del Mar Atlantico.

No venis a ver solamente, un exotico certamen, no. En la severidad de esa exposición, vereis la realidad de la vida en esos rincones

Moçambique

Um «príncipe» do Sabié com os seus «indunas» em trajes guerreiros, — indígenas que se exhibirão no certame



Venid, y cuando habeis recorrido las diferentes aldeas del Africa Portuguesa, patentes en el certamen, y sentido la vibración de las almas que han llevado a tan feliz éxito la civilización portuguesa, podreis, cuando volvais a vuestros hogares, afirmar a vuestros hermanos que ahí queden imposibilitados de acompañaros, que — como muy bien lo ha idealizado el excelsa poeta Justino Teixeira de Pascoaes — en Africa Portuguesa está la constitución de un gran centro étnico en donde galicos y portugueses pueden darse las manos y predominar eternamente bajo el lema: *Portugal renacido*.

Aquí os esperan vuestros hermanos de Oporto, entre ellos vuestro amigo

Oporto, Marzo de 1934.

JOSÉ CERVAENS Y RODRIGUEZ.

ESTE NÚMERO FOI VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

FONTE:ULTRAMAR. Porto, n.04, 1934.

LEGENDA: Nessa página (que ficaria de frente para a anterior, numero quatro), vemos a foto de uma das esculturas que estarão presentes na exposição, de uma mulher negra, além de uma foto de um grupo de indígenas de Moçambique que também estará presente no evento. Quando essa página é observada em comparação com a anterior, podemos observar um contraste na representação dos corpos negros e brancos, indígenas e civilizados. O missionário europeu tem o corpo representado como se fosse um pilar, enquanto que a estátua da mulher já segue outro padrão. Independentemente de a diagramação dessas duas páginas ter sido intencional, isso já ilustra a construção dessa diferença, no evento, entre civilização e indígenas.

Desde sempre um veículo de propaganda, podemos observar já na primeira página de seu primeiro número, de 1º de fevereiro, como o jornal apresenta a exposição e logo já se constrói em um editorial de Henrique Galvão. O ULTRAMAR (cujo título é constantemente reproduzido em letras maiúsculas no decorrer do periódico) é o jornal oficial da I Exposição Colonial do Porto, mas busca ser mais do que somente um informativo publicitário. O jornal pretende ser um jornal colonial, que serve à causa do nacionalismo português, se elevando ao nível da própria Exposição enquanto a acompanha em suas atividades e influência. Ainda assim, o jornal não propõe que consiga resolver o problema da falta de imprensa colonial do país, mas se dispõe a ajudar (MESQUITA, 2014, p.02).

Agindo de acordo com o que propõe na primeira edição, o Ultramar segue um programa bastante diversificado: cobre integralmente os acontecimentos da Exposição, gerando publicidade para os portugueses e para o exterior, com textos em francês, italiano, inglês, espanhol e alemão; internamente à exposição, funcionou como um boletim de avisos importantes como datas e prazos para expositores e concursos para concessões; se colocou também como veículo de promoção turística, com indicação de hospedagem e alimentação no Porto; e por fim, relacionado ao seu fomento nacionalista, publicou assuntos coloniais, com artigos de propaganda e doutrinação do regime relacionada com o ultramar. O conteúdo dos artigos varia ainda entre contos nacionalistas que romantizam as guerras de ocupação, artigos traduzidos de jornais estrangeiros, propaganda acadêmica e uma infinidade de fatos da vida pública portuguesa, como visitas de figuras de estado à exposição.

Em alguns números o jornal respondia a comentários sobre o evento. No número cinco, de 1º de abril, um boato sobre a Exposição estar atrasada e ter de ser adiada era desmentido pela direção, enquanto um artigo respondia nos números cinco e seis a uma publicação de um jornal francês que criticava as políticas coloniais de Portugal (MESQUITA, 2014, p.03). Quando comenta sobre os inimigos dos planos do império, como estrangeiros ou dissidentes, o jornal Ultramar geralmente enfatiza quão injustas são as críticas, enquanto deslegitima de formas grosseiras os indivíduos que as tecem. Problemas coloniais que o império português tenta camuflar, como o racismo e os maus tratos, são descaradamente apontados nos estrangeiros.

Desde muito antes do século XX, a censura em Portugal flutuava entre liberdade de imprensa e silenciamento. A partir de 1910, até os republicanos utilizavam a censura para evitar o fortalecimento da oposição, que variava de monarquistas a anarquistas. Na I Guerra Mundial e durante o governo de Sidônio Pais a censura se fortaleceu, para afrouxar novamente durante o governo parlamentarista e retornar com o golpe de 1926 (SOUZA, 2008,

p.30). Porém mesmo com a constituição do Estado Novo em 1933, a censura ainda não estava bem definida, deixando aos censores amplo espaço de manobra para agir arbitrariamente. Um elemento que chama a atenção em todos os números do jornal Ultramar é um aviso que afirma: “ULTRAMAR foi visado pela comissão de censura”. Este era um texto possível de ser encontrado em jornais dos anos 30, que evidenciava ao leitor a possibilidade de o material ter sido sujeito a alterações (SOUZA, 2008, p.33). Não era aceito deixar espaços em branco no jornal onde um artigo era censurado, prática dos jornalistas portugueses do final do século XIX, mas o sinal de “visado” era possível (SOUZA, 2008, p.29). Levando em consideração os contatos e os posicionamentos políticos dos organizadores do jornal Ultramar, bastante alinhados à ideologia do regime, é de se imaginar se em algum momento sofreram censura, ou a função real dessa provação de “visado” se enquadra em uma categoria de propaganda do aparelho de estado.

4. Considerações finais

A metrópole portuguesa teve suas práticas de propaganda, e figura intelectuais e políticas suficientes para dar corpo ao argumento de grandeza e harmonia imperial. O Estado Novo português aproveitou estruturas que já tinham uma tradição estabelecida de alcance das massas, como jornais e exposições coloniais, que apelavam ao gosto do público por espetáculo. Em um cenário festivo, a didática colonial e do espírito salazarista foi facilitada, e a narrativa se fazia constantemente com as imagens dos povos da África, Ásia e Oceania trazidos para o evento de 1934. Os portugueses se queriam diferenciar dos demais impérios europeus coloniais, e a maneira adotada para esse fim envolvia a construção de uma falsa harmonia com os não-brancos sob a política colonial. Na realidade, tal harmonia não existia, e a política de assimilação portuguesa tinha função de segregar as populações nativas do ultramar em vez de torná-las parte da sociedade portuguesa. Na didática do evento, o tempo e o espaço eram condensados em um passeio pelos jardins do palácio, e o anacronismo e geografia imaginárias davam fluides suficiente para estimular um patriotismo útil no público visitante. Não era uma preocupação real dos colonizadores a saúde e o bem-estar dos colonizados, somente que parecessem satisfeitos com as políticas que lhes eram direcionadas, para sanar um desejo de autoafirmação português. Dessa forma era essencial que nem os nativos, nem os que se colocavam contra a sua exploração, tivessem espaço para desenvolver um discurso acessível.

Após o evento, as exposições continuariam acontecendo, sendo 1940 o ano em que é organizada a Exposição do Mundo Português. Para fins de comparação, Exposição Colonial do Porto de 1934 pode ser lida somente como um protótipo da que ocorre em 1940. Nessa época, a segunda guerra já era uma realidade, e Portugal seguia investindo em sua imagem colonizadora (THOMAZ, 2002, p.237).

Depois da segunda guerra, se fortalece em Portugal um novo tipo de discurso, trazido diretamente do Brasil: o lusotropicalismo de Gilberto Freyre. Esta torna-se a justificativa acadêmica para o mito da boa relação com as colônias, pois prega que a relação dos lusos com os povos tropicais é de aceitação e harmonia naturais. Freyre havia desenvolvido suas teorias ambientando-as no cenário multiétnico brasileiro, mas seu trabalho peca em inúmeros pontos, principalmente na forma como romantiza a miscigenação no contexto entre escravizados e colonizadores, onde ignora as violências envolvidas. Tal fato não impediu que Freyre fosse convidado pelo regime do Estado Novo para visitar metrópole e colônias de Portugal, e que

suas obras e teorias fossem religiosamente adotadas na política externa do país (LEME, 2011).

Em relação às políticas coloniais, a estrutura de assimilação continuaria sendo utilizada, e o Decreto-Lei nº 39.666 de 20 de maio de 1954 tornaria ainda mais difícil e específicos os requisitos para que um “indígena” se tornasse “assimilado” (NASCIMENTO, 2016). Em 1961, as condições de exploração dos nativos das colônias africanas já alcançava tamanha intensidade que uma Guerra Colonial teve início, entre Angolanos que buscavam independência e as tropas portuguesas. Tal guerra se estenderia para além de Angola, envolvendo outras colônias portuguesas como Moçambique, além de regiões africanas sob influência de outros impérios. Nessa nova fase de guerra colonial até mesmo Henrique Galvão, antigo apoiador de Salazar, se colocar contra o regime, chegando a organizar um sequestro político do navio a vapor Santa Maria, em 1961. Somente em 1974 as guerras coloniais teriam fim, devido à Revolução dos Cravos em Portugal, de teor socialista, que transformaria completamente a política colonial da nação (AUGUSTO, 2011).

Podemos concluir que a Exposição do Porto de 1934 não marcou o início nem o final de um processo, mas foi um acontecimento situado no meio de um contexto que a muito durava e ainda se estenderia futuramente, de expansão de Portugal e assimilação forçada dos povos dominados, acompanhada da criação de um discurso legitimador de tal ação.

BIBLIOGRAFIA

ANJINHO, Isabel de Moura - Os pavilhões de Portugal e as exposições universais. Coimbra : [s.n.], 2006. Seminário em Mestrado de História da Arte.

ANTUNES, Gonçalo. Timorenses em Portugal: antropologia e representação na exposição colonial do Porto de 1934. In V.R. Marques, A.C.Roque & R. Roque (orgs.). Atas do Colóquio Timor: Missões Científicas e Antropologia Colonial (Lisboa: IICT, 2011).

ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. Economia Política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. Ensaio FEE, v. 8, n. 1, 2007

AUGUSTO, Claudio de Farias. A Revolução Portuguesa. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 182p.

BRUNSCHWING, Henri. A partilha da África Negra. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CAHEN, Michel. Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África. África, (35), 129-155.

GARCIA, José Luís Lima. A Agência Geral das Colónias/Ultramar e a propaganda no Estado Novo (1932-1974). Coimbra, 2016.

LEME, Rafael Souza Campos de Moraes. Absurdos e Milagres: Um estudo sobre a Política Externa do Lusotropicalismo. (1930-1960). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 164 p.

MARTINEZ, Esmeralda Simões. Legislação Portuguesa para o Ultramar. Sankofa (São Paulo), 3(5), 42-66.

MATOS, Patrícia Ferraz de. As côres do império: representações raciais no Império Colonial Português. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006, 288 p.

MELO, Daniel. A censura salazarista e as colónias: um exemplo de abrangência. Revista de História da Sociedade e da Cultura. Vol. 16 (2016).

MESQUITA, Pedro Teixeira. Ficha histórica do Jornal Ultramar. Lisboa, Hemeroteca Municipal, 2014. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Ultramar/Ultramar.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

NASCIMENTO, Washington Santos. Os "assimilados" na legislação colonial portuguesa em Angola (1926 - 1961). *Áfricas: política, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Edições Áfricas, p. 105-126, 2016.

OLSTEIN, Diego Adrian. *Thinking History Globally*. Inglaterra: Palgrave Macmillan, 2015, 241 p.

PINTO, António Costa. O fascismo e a crise da Primeira República: os nacionalistas lusitanos (1923-23). *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n. 3, p. 44-62, jun. 1989.

ROSAS, Fernando. "O Salazarismo E O Homem Novo: Ensaio Sobre O Estado Novo E a Questão Do Totalitarismo." *Análise Social* 35, no. 157 (2001): 1031-054.

SANTOS, Paulo Cesar dos. Um olhar sobre as Exposições Universais. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: UFRN, 2013, pp. 1-15.

SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das letras, 1990, 185 p.

SHOHAT, Ella; STAM Robert. Do eurocentrismo ao policentrismo. In _____. *Crítica da imagem eurocêntrica: Multiculturalismo e representação*. Tradução de Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, p. 37-88, 2006.

SILVA, Cristiane Nascimento. *As relações entre o governo português e os muçulmanos de moçambique (1930-1970)*. 2010. 100 f. Tese (Mestrado em História Social da Cultura) - PUC-RIO, Rio de Janeiro

SOUZA, Jorge Pedro. *Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974*. Porto: UFP, 2008,

THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecoss do Atlântico Sul: Representações sobre o terceiro império Português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp, 2002, 364 p.

ULTRAMAR: Órgão oficial da I exposição colonial. Porto: Eduardo Lopes, 1934. Quinzenal.

VALENTIM, Alexandre. *Portugal em África (1825-1974): Uma Perspectiva Global*. Lisboa. 1993, pgs. 53-66.